

**MANIFESTO DO CGT:**

- 1- Governo Responsável Pela Carestia**
- 2- Ministério Não Inspira Confiança**
- 3- Plano Trienal é Contra o Povo**

Os dirigentes dos trabalhadores brasileiros conclamam à luta pelas reformas de base — É hora de fazer uma reforma agrária profunda — Aplicar rigorosamente a lei de remessa de lucros — Reduzir as subvenções para os latifundiários do café — Impostos diretos contra os grupos privilegiados — Política externa independente — Respeito ao mandato popular com posse dos eleitos — Trabalhadores não admitirão qualquer retrocesso e se preparam para a greve geral — Texto na 7ª página



# NOVOS RUMOS

ANO IV — Rio de Janeiro, semana de 8 a 14 de fevereiro de 1963 — Nº 208

**Cultura popular**  
**sábado**  
**e domingo**

O fim-de-semana será da cultura popular. Sábado, 21 horas, no Teatro Nacional de Comédia (avenida Rio Branco, 179), iniciará breve temporada no Rio o elenco teatral do Movimento de Cultura Popular da Prefeitura de Recife. Os pernambucanos trazem em seu repertório a peça "Julgamento em Novo Sol" motivada na luta dos camponeses de Santa Fé do Sul.

Domingo, das 18 às 22 horas, no Sindicato dos Metalúrgicos (rua Ana Nery, 152, em São Cristóvão), o Centro Popular de Cultura, da UNE, realizará o II Festival de Cultura Popular. Na ocasião serão lançados novos livros da coleção "Cadernos do Povo", haverá representação teatral por parte de grupos do CPC e do MCP e "show" de samba autêntico com a participação da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, e do conjunto de passistas de Canelinha, da Escola de Samba Império Serrano.



A maior negociata da história do Brasil

## Brizola Denuncia à Nação Escândalo da «Encampação» de Empresas lanques

Leia na 7ª página

## Alternativa Conciliadora do Plano Trienal

Artigo de JACOB GORENDER, na 4ª página

## Os Comunistas Brasileiros e as «Guerrilhas» do Peru

Texto na 3ª página

## Um Congresso Contra as Reformas de Base

Artigo de ELIAS CHAVES NETO, na 3ª página

Carnaval no Recife na posse de Arraes

## «POEIRA» FESTEJOU SEU GOVERNADOR

Reportagem de RUI FACÓ, enviado especial de NR a Recife — 7ª página



## Navais Advertem: Lei Desrespeitada é Greve Declarada

Texto na 2ª página

## Blues: Lamento de Revolta e de Esperança

Leia reportagem exclusiva na 5ª página

Naval é marítimo, não é metalúrgico

# Navais Advertem: Lei Desrespeitada é Greve Declarada

A maneira como foi dito, o volume em que foi dito, na presença de quem foi dito, tudo isso afasta qualquer dúvida quanto à disposição que anima os operários navais.

Se o nosso enquadramento sindical for alterado nos próximos dias, a greve total. E conosco, toda a família marítima! O ministro do Trabalho estava presente à grande concentração de quinta-feira passada, dia 1 de fevereiro, em frente à sede da quele Ministério. Milhares de operários navais, ruídos como sempre, extrorvidos como costumam de ser, disseram, pela boca de muitos oradores, os motivos daquela manifestação. E nem precisariam ter dito, pois as faixas e os cartazes, dezenas de faixas e cartazes, já diziam tudo, de maneira clara e direta.

«Operário naval é marítimo — dizia uma faixa. «Não admitimos mudar de sindicato» — bradava um cartaz. «Abaixo o reenquadramento — golpe patronal» — estava escrito em muitos outros.

«Guerra à carestia e à exploração do trabalhador» — registrava outros tantos.

QUE PRETENDEM «ELES»?

«Eles», na linguagem dos operários navais é sinônimo de reação, intolerância, ganância de lucros, exploração do trabalhador.

«Eles» estão materializando nos donos dos estaleiros de construção naval, nas empresas de navegação que têm seus próprios estaleiros de construção de barcos, ou apenas de conservação.

«Eles» querem quebrar nossa unidade. Desejam dividir os operários navais, explicar um dirigente da categoria profissional.

«De que modo? — indagamos. «Distribuindo, por quatro ou cinco Sindicatos de Metalúrgicos, a massa, a maioria dos operários navais. Em nosso sindicato permaneceriam apenas os trabalhadores do Lóide e da Costeira, e de duas ou três companhias que, além dos estaleiros, também têm serviço de navegação na baía.»

O objetivo da trama está claramente esboçado, e dói os patrões nem procuram fazer segredo.

E as consequências para os trabalhadores?

PERDEM TUDO!

«Sim, perdemos tudo o que já conquistamos — volta a falar o líder sindical, um jovem de 25 anos, seu curso primário completo, mas de enorme vocação de liderança e uma vasta e aguçada sensibilidade política.»

«O operário naval — volta a falar — não pode abrir mão de conquistas que lhe custaram enormes sacrifícios, pilões, espancamentos, perseguições, conquistas que custaram o sacrifício de centenas de companheiros, demitidos das empresas em que trabalhavam. Durante anos enfrentamos a intolerância patronal, a culpabilidade governamental mas acabamos conseguindo, ao sacrifício das quinzenais, o salário-família, férias de 30 dias, 30% de insalubridade para todos, a semana inglesa, etc.»

«E todas essas conquistas foram consagradas em documentos assinados pelos dois Sindicatos, impedindo que esta ou aquela empresa fugisse ao cumprimento do acordo.»

«E claro — continuou — que nenhum operário naval vai abrir mão dessas conquistas que têm cobertura de toda a lei. É claro que

nenhuma operário naval vai permitir que seja arrebatado o pouco mais de 1% conseguido depois de tanta luta.

A não ser... a não ser que essas vantagens sejam mantidas, e não somente mantidas; sejam respeitadas a todos os metalúrgicos do Estado do Rio de Janeiro e da Guanabara.»

DESDE 1957

A trama patronal não é recente. Apenas é abafada, afogada pela energia com que é combatida e repelida.

«Mas basta mudar governo para que «eles» tentem vender o peixe» — diz o nosso amigo.

Se o Governo é «dócil», «eles» avançam mais afoitos. Se «eles» estão de fora, procuram caminhar com maior cuidado, vagarosa e lentamente, «legalmente», como dizem.

«E haja suborno, como apelam para a corrupção!» — acentua.

Não é outra, a origem do famigerado Parecer Valente, mandando enquadrar os operários navais como metalúrgicos. Esse tal Valente deu seu parecer ainda em 1957, quando os patrões pediram a revisão. Deu o parecer e tirou o corpo fora, pois sabia que o pau ia comer. O pau realmente comeu, e o reenquadramento ficou nisso, permanece apenas como um demoralizador do parecer. E vai cair, vai desaparecer, queira um ou não os patrões e seus agentes ministeriais.

Agora nós não desejamos apenas ser mantidos em nosso sindicato. Agora estamos exigindo que o assunto seja resolvido de uma vez, acabe para sempre. A solução depende do ministro do Trabalho, somente ele pode resolver, através da Comissão de Enquadramento Sindical. E tem que resolver.

Por motivos que ninguém conhece (a não ser os patrões) o processo foi parar no Tribunal Regional do Trabalho. O que é que o TRT tem a ver com problemas desse tipo? Que força tem a Justiça do Trabalho, para se meter em terreno que não é da sua alçada? Nenhum — responde — o operário naval.

Nenhuma atribuição, nenhuma obrigação. Apenas, alguém entrou no jogo patronal para fazer chicana, chicana que nós não vamos permitir.

E com um pé na mesa, como tônia a disposição que o anima? «Exigimos que o ministro Almino Afonso, a vocação para o problema. E avante já, pois não estamos exigindo apenas o cumprimento da lei.»

Agora, referindo-se ao ministro Almino Afonso: «Temos confiança nele. Até agora foi digno do nosso respeito e consideração. Patriota, nacionalista, honesto, corajoso. Esse rapaz pegou um «baxaxi» que outros não tiveram peito para descaçar.

Que ele não nos decepcione, mesmo porque seria ferir a todos as leis. E conosco, lei desrespeitada é greve declarada. Greve total de toda a família marítima, prevenimos!»

DILUIÇÃO SINDICAL

Pelos planos dos armadores e proprietários de estaleiros, somente os operários do Lóide, da Costeira do Netuno, Calumura e de um outro permaneceriam no Sindicato dos Operários Navais.

## SANTOS: TRABALHADORES VARREM TRÊS PELEGOS DOS SEUS SINDICATOS

Novo passo no sentido da unidade foi dado pelos trabalhadores de Santos, durante os meses de dezembro e janeiro: nada menos que três pelegos divisionistas e corruptos foram derrotados nos seus órgãos de classe, perdendo a reação, assim, a base principal com que contava para organizar o famigerado Movimento Sindical Democrático.

Com efeito, quando dos movimentos grevistas nacionais, de que o proletariado de Santos participou entusiasmadamente, os srs. Antônio Moreira, presidente do Sindicato dos Padeiros; João de Moraes Chaves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Urbana; e José Silvano de Andrade, presidente do Sindicato dos Curteiros e Encanadores de Café, comandaram a ofensiva reacionária, chegando a propor abertamente a divisão do movimento sindical. O sr. José Silvano era o baluarte desse movimento e foi o único que concretizou a saída do seu órgão de classe da entidade de cúpula.

Nessa campanha, tais divisionistas foram auxiliados pelo sr. Raimundo Soares de Vasconcelos que exercia a presidência do Sindicato dos Estivadores. Esse cidadão foi destituído do posto pela assembleia daquele órgão de classe, logo depois da greve de setembro, e até hoje não voltou a trabalhar. Ignora-se de onde está recebendo o dinheiro com que se mantém. Outro dos auxiliares do movimento reacionário foi o sr. Antônio Viçtor dos Santos, presidente do Sindicato de Trabalhadores em Carris, que até hoje se negou a permitir que a assembleia deliberasse sobre os seus atos, mas

«Os demais — com a palavra o dirigente sindical — seriam diluídos, espalhados, distribuídos por sindicatos de metalúrgicos da Guanabara, Niterói, S. Gonçalo, Volta Redonda e nem sei de onde mais. Seria feita uma «faxina à moda da casa», seria inteiramente destruída toda a organização sindical dos operários navais. Repare, que estou dizendo «seria». Eu digo seria porque isso é o plano «dócil», que não se realizará de modo algum.»

O plano das empresas se desenvolve em etapas, etapas que «eles» consideram bem planejadas. Ainda recentemente, o Diário Oficial publicou despacho do juiz da 9.ª Junta de Conciliação e Julgamento, respondendo consulta da Indústria Reunida Caneco, estaleiros de construção naval.

A consulta, feita pelo proprietário da empresa, era para saber se a referida companhia seria indústria naval ou metalúrgica.

A resposta (tinha que ser) foi dada na medida desejada (ou encomendada) pelos patrões: os estaleiros Caneco pertencem ao 14.º grupo sindical, portanto, à indústria metalúrgica.

Autor da consulta: Artur João Renato, dono do Caneco e presidente do Sindicato de Construção Naval!

Dedução: se os patrões são da indústria metalúrgica, os empregados também são... Como se vê, para dividir os operários navais, os patrões não vacilam nem mesmo em possivelmente perder (temporariamente) as tentadoras subvenções à indústria naval, das quais tanto têm beneficiado.

## BRASIL TAMBÉM IMPORTA LIXO: IANQUES MANDAM TONELADAS DE ROUPAS E SAPATOS USADOS

Talvez o leitor, residente nas proximidades de uma favela carioca ou de um mocambo no Recife, já tenha visto algum garoto oplado, barriga inchada, descalço e de pés sujos dentro de um fraque surrado, ou com um «summer» que lhe vai abaixo dos joelhos ossudos.

Ou uma mulher esquelada, calcada com sapatos de salto alto e de córdovados, ahndando, ou melhor, equilibrando-se, pelos caminhos enlameados que dão acesso aos barracões miseráveis. As vezes, uma ou outra com velhos vestidos de nylon, geralmente de cores berrantes e quase sempre de mau gosto.

Pois saiba que aquele fraque, este vestido, e os sapatos velhos e os «summers» e os chapéus côcos, são parte da «ajuda» americana ao Brasil e aqui chegam às toneladas, num verdadeiro acinte ao nosso povo, numa impressionante humilhação, que tem a convicção do próprio governo brasileiro.

LICENÇA DA CACEX

Milhares de toneladas de roupas e sapatos usados têm chegado ao Brasil, reencoberto pelo programa «Aliança para o Progresso», através de organizações religiosas norte-americanas. Esse lixo vem consignado à Confederação Nacional dos Bispos e à Confederação Evangélica Brasileira, que se encarregam de distribuí-los «às nossas populações pobres». Os pedidos de licença para importação desta «mercadoria», são dirigidos à CACEX (Carteira de Comércio Exterior) e são concedidos na categoria Especial.

O governo brasileiro não teve até agora a coragem de impedir a entrada desses trapos, que são um verdadeiro símbolo do desreio das autoridades americanas de «auxiliar» o desenvolvimento de nosso país.

Mas este é apenas o aspecto moral da questão, pois menos à primeira vista. Há também outras mercadorias e outros escândalos, como mostraremos a seguir.

ALIMENTOS PARA A PAZ...

No dia 8 de Janeiro, o «Jornal do Brasil» publicou a seguinte notícia, sob o título «Bispos recebem queijos»: «... o navio «Del Mar», que ontem chegou ao Rio procedente de Nova Orleans, trouxe 6.200 volumes de carga geral, com um peso de 422 toneladas. Entre a carga, destacam-se 2.064 caixas de queijos, com peso de 58 toneladas, consignadas à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.»

Trata-se de queijos «Cheddar», que aqui têm chegado às toneladas, e entram, através da embalagem americana, aparentemente aquelas duas organizações religiosas: a dos católicos e a dos protestantes. Mas não é apenas queijo. Chegam toneladas de...

das de feijão, óleos vegetais, trigo, farinha de trigo, fubá, leite em pó. Toda essa mercadoria é embarcada depois de fornecida pela CACEX licença de importação, na categoria especial, inteiramente isenta de quaisquer impostos, emolumentos ou taxas aduaneiras. Para essa isenção, tem contribuído o Congresso Nacional, através das leis 3.931, de 3/8/61, e 3.926, de 28/7/61, que favoreceram a Confederação Evangélica do Brasil e à Confederação Nacional dos Bispos, respectivamente. Essas leis estão publicadas nos «Diários Oficiais» de 4/7/61 e 27/7/61. No último ano, o Congresso aprovou novas leis, isentando também essas duas organizações da própria licença de importação, o que significa dispensar a opinião da CACEX a respeito.

A PARTE DO LEÃO

Para melhor compreensão do problema, devemos esclarecer o significado dessas isenções: na categoria especial, o dólar é cotado a cerca de 3 mil cruzeiros. E feijão, óleos, etc., são importações classificadas nessa categoria.

Podemos argumentar, quanto aos alimentos, que se trata de uma ajuda efetiva às nossas populações famintas. A verdade, porém, é que todos esses produtos agrícolas — que são excedentes norte-americanos, diga-se de passagem — constituem uma verdadeira mina para certos grupos favorecidos pela embalagem americana. São um instrumento de suborno e corrupção, pois na prática servem a negociatas, ao enriquecimento de alguns. A compra de jornais, a propaganda eleitoral dos candidatos que contam com a simpatia da embalagem lanque. Esse queijo, o feijão, o trigo, não são distribuídos à nossa população. São vendidos através de uma vasta rede de negociatas. Ainda há pouco, os jornais noticiaram a prisão de um sacerdote, que vendia leite em pó destinado à distribuição gratuita.

OUTROS ASPECTOS

Além da humilhação que constitui o recebimento de roupas e sapatos usados, há o aspecto político e antinacional que representa a distribuição a agentes da embalagem lanque dos produtos agrícolas citados, e, mais ainda, o atentado a vários setores de nossa economia.

Todos os produtos recebidos através dessas licenças especiais são produzidos no Brasil. Chegando aqui sem qualquer taxa e sendo postos à venda, clandestinamente, representam, como é óbvio, uma concorrência desleal ao nosso comércio e mesmo a setores agroindustriais. Se essas importações não fossem criminosas sob o ponto de vista político e social, seriam pelas suas implicações econômicas, constituindo, em alguns casos, verdadeiros «dumpings» ao produto nacional.

## POLÍCIA DE CATAGUASES MANTÉM PRESOS LÍDERES SINDICAIS QUE LUTAVAM PELO 13º

Belo Horizonte, Minas Gerais (Da sucursal) — Porque o presidente do Sindicato dos Mestres e Contra-mestres de Cataguases, sr. Waldemar Cabral, e o diretor Adilson Luiz de Oliveira, do mesmo Sindicato, se encontram presos há mais de 30 dias, sem qualquer formação de processo culpado, a Federação dos Tecelões de Minas Gerais Impetrou, através de seu Departamento Jurídico, um pedido de «habeas-corpus» em favor daqueles dirigentes sindicais.

deração dos Tecelões, em novembro do ano passado houve um desvio de peças de panos na Indústria Têxtil de Cataguases, com a prisão dos culpados, tinham como certo o encerramento da ocorrência. Todavia, porque o sindicato da classe vinha se batendo pelo cumprimento da lei que instituiu o 13.º salário, a direção da empresa «comprou» as autoridades policiais da cidade e mandou que elas detivessem os sindicalistas Waldemar Cabral e Adilson Luiz de Oliveira, que levavam a campanha pelo pagamento do 13.º salário.

Apesar de todos os recursos legais empregados pelo Sindicato dos Mestres e Contra-mestres de Cataguases, os delitados até hoje não foram libertados e estão incomunicáveis, não podendo receber nem mesmo a visita de seu advogado. A autoridade policial, exercida pelo subdelegado, em virtude do afastamento do titular, alega que os líderes sindicais também estão envolvidos no roubo das mercadorias, apesar das provas em contrário e de não haver até a formação de processo culpado. Por isso, o IV Congresso Municipal Mineiro, vai fazer uma concentração domingo em Cataguases, a fim de protestar contra a prisão ilegal dos líderes Waldemar Cabral e Adilson Luiz de Oliveira, sob pressão patronal.

## CUBA, A PAZ E O MUNDO SOCIALISTA

Os fatos internacionais, de suma importância e gravidade, ocorridos no decorrer da frustrada agressão militar norte-americana a Cuba, demonstraram que a potência do mundo socialista e sua fidelidade aos princípios que o regem constituem o principal obstáculo ao desencadear de uma terceira guerra mundial, que seria mil vezes pior que as duas anteriores. Os mesmos fatos demonstraram também que é possível uma imensa mobilização das forças mundiais de vários tipos dispostas a impedir ativamente a deflagração de um conflito atômico.

Esta constatação é desenvolvida no artigo de abertura do n.º 12162 da revista PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO, à venda nas livrarias e em todas as bancas e stands de jornais do país.

No mesmo número, ainda, materiais sobre a questão do Mercado Comum Europeu, a situação em Berlim e outros temas de grande atualidade. Agência e assinatura: R. da Assembleia 34, sala 304, Rio — GB.

OCORRÊNCIAS

De acordo com informações chegadas à sede da Fe-

## ELISA KAUFMAN ABRAMOVITCH

Faleceu dia 4 de Janeiro, no Hospital das Clínicas, em São Paulo, a militante comunista Elisa Kaufman Abramovitch, aos 43 anos de idade, em plena atividade política e cultural.

Vereadora pela legenda do PCB em 1947, Elisa dedicou longos anos de sua vida às causas do povo paulista e do proletariado israelita. A admiração que Elisa conquistou de tantas pessoas tem origem em sua vida dinâmica, que não se descurava dos cuidados caseiros, como esposa e mãe exemplar, que educou suas filhas dentro dos princípios progressistas de dedicação aos problemas do povo. Vizinhos, amigos, dirigentes das mais diversas associações e camaradas da luta revolucionária admiraram-na e tomaram seu exemplo de combatividade e persistência.

O entéro de Elisa transformou-se em manifestação de grande massa de pessoas das mais diversas classes e camadas, que compareceram para o último adeus à valerosa militante comunista. Falaram junto ao túmulo o dr. Fuad Saad, em nome dos comunistas, o dr. Rafael Markman, da Federação das Sociedades Judaicas de São Paulo, o sr. Jacob Len e outros oradores representando várias organizações israelitas de São Paulo, Minas e Guanabara.

Elisa deixou o legado de seu exemplo, a luta infatigável pela libertação dos povos brasileiros e israelitas.

## CAXIAS: NÓVO PREFEITO

Tomou posse o novo prefeito municipal de Caxias, sr. Joaquim Tenório, vencedor do último pleito realizado no município. Convencido recentemente com o chefe de Gabinete do novo prefeito, dr. Ghers Ghelman, pudemos colher alguns dados sobre os planos administrativos do sr. Joaquim Tenório.

O dr. Ghelman, depois de abordar a inexistência em Caxias de maternidade, pronto-socorro, corpo de bombeiros, esgotos e outros serviços públicos por falta de administração, lembra que o novo prefeito pode sentir, em quatro anos de mandato, a existência de uma necessidade da população e compreender que Caxias, por sua posição entre as cidades Rio-São Paulo e Rio de Janeiro, era um centro in-

dustrial e comercial privilegiado, prejudicado pela falta de potencial elétrica, o que aumentava as indústrias que ali se localizavam. «Visando reparar essas deficiências — disse o dr. Ghelman — o prefeito Joaquim Tenório criou um organograma onde se vê a sua forma de secretarias os órgãos capazes de ajudar no solução desses problemas. Esse organograma depende da aprovação da Câmara de Vereadores, portanto, eu não posso secretarias, tais como a Divisão de Educação e Saúde, Assistência Social, Serviço de Recreação e Cívicas, Corpo de Bombeiros, Serviço Agrotécnico, Agências nos grandes distritos para reboiher os impostos (prevendo a aplicação de 5% no IPI e 30% para os outros municípios), e os Assessorias Técnica e Administrativa.»

## NOVOS RUMOS

Diretor: Humberto Bordin Junior  
Diretor Executivo: Francisco Boreca  
Redator Chefe: Luiz Gazzano  
Secretaria: Gervásio Cavalcanti  
Rua: 125, andar 10, Rua Hering, 237, 13.º andar, 4.º andar, 228  
Telefone: 42 7344  
Circulação: 15 mil exemplares  
Fundação: 1947  
Proprietário: ...  
ASSINATURAS:  
Anual: ...  
Semestral: ...  
Trimestral: ...  
ASSINATURA AEREA:  
Anual: ...  
Semestral: ...  
Trimestral: ...  
Números avulsos: ...



VITÓRIA DOS SECURITÁRIOS

Os securitários cariocas saíram vitoriosos de sua primeira greve de três dias de duração no fim dos quais foi assinado um acordo salarial, a vigorar pelo prazo de um ano, contando de 1.º de janeiro de 1963, pelo qual as empresas de seguros privados e capitalização do Estado da Guanabara se comprometem a conceder aos seus empregados um aumento de 65% sobre os salários efetivamente percebidos em 1.º de janeiro de 1962, com um teto de Cr\$ 40.000,00 e um teto de Cr\$ 13.000,00. As bases deste acordo se aplicam também aos empregados que, a serviço de Agências e Representantes, no Estado da Guanabara, de Sociedades de Seguros Privados e Capitalização, trabalham exclusivamente nesta atividade, e aos legalmente enquadrados na categoria. As empresas pagarão igualmente aos seus empregados a remuneração dos dias de greve e não aplicarão punição alguma por motivo da mesma. Outra importante conquista consubstanciada no acordo foi o desconto de 10% do aumento do primeiro mês a favor do Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização.

## MARCENEIROS: CAMPANHA PELOS NOVOS SALÁRIOS COMEÇA NAS FÁBRICAS

Com reuniões preparatórias nos bairros, os marceneiros da Guanabara iniciam mais uma campanha salarial.

«Val ser uma campanha diferente — avisa um diretor do Sindicato. Explica: «A massa é que vai decidir quanto quer de aumento, a massa é que estipulará sobre a proposta a ser enviada aos patrões.»

O último acordo salarial termina precisamente a 27 de março, mas a carestia está insuportável — como diz o diretor do Sindicato — «por isso vamos querer antecipar o aumento.»

A primeira reunião já foi realizada, a segunda também, a terceira idem. «Todas com grande comparecimento, com excepcional participação dos opera-

rios marceneiros» — informa. Das reuniões preparatórias os marceneiros partirão para uma grande assembleia, no próximo dia 7, quando, então, será fixado o quantum a ser pedido, além de outras reivindicações na área salarial e em áreas adjacentes.

SALÁRIO MÍNIMO

Os dirigentes do Sindicato dos Marceneiros da Guanabara estão empenhados em firme trabalho de agitação e esclarecimento da massa, chamando todos para a grande assembleia, que se realizará no Sindicato dos Marceneiros.

«São mais de 20 mil marceneiros no Estado da Guanabara — informa. A grande maioria ganhando o salário mínimo, passando a privações, portanto,

«Ora — pergunta — se trabalhamos muito e ganhamos pouco, por que esperar que expire o último acordo, para reclamar aumento de salários?»

Como o nosso informante, vários dos seus companheiros são da mesma opinião: «Os patrões já aumentaram os preços das suas mercadorias, já estão faturando em novas bases. Para nós, as «novas bases», por enquanto, são apenas os preços mais altos, a carestia mais violenta, a miséria cada vez maior. São essas «bases» que nós queremos modificar, pelo menos atenuar, com um novo aumento de salário.»

E concluindo: «Val ser uma campanha diferente, animada, alegre e trabalhada nos menores detalhes, com a massa deliberando diretamente sobre o que vai ser reivindicado.»

## A VIGOR (TRUSTE DO LEITE) NÃO RECONHECE A CLT

BELO HORIZONTE, Minas Gerais (Da sucursal)

Uma concentração de líderes sindicais foi realizada dia 3 último em São João del-Rei do Sapucaí, a pedido dos trabalhadores da Empresa Vigor Ltda., que estão denunciando várias irregularidades praticadas pelos empregados, como a dispensa de empregados sem indenizações legais, cumprimento da lei que criou o 13.º mês de salário, etc. Os 1500 trabalhadores da empresa estão decididos em ir à greve caso a DRT não obrigue os empregado-

res a cumprir as leis trabalhistas.

Nas acusações chegadas ao conhecimento dos dirigentes sindicais, afirmam os empregados da Empresa Vigor Ltda., que mais de 40 operários foram sumariamente dispensados por terem reclamado o pagamento do 13.º mês de salário. A propósito, declaram que a direção da empresa afirma mesmo que não vai cumprir a lei, visto ser a lei em São Gonçalo do Sapucaí representada pela própria empresa». Na se conhece ainda o que se decidiu na reunião de domingo.

# Os Comunistas Brasileiros e as "Guerrilhas" do Peru

## FPN FORMULA PROGRAMA DE LUTA PARA A NOVA LEGISLATURA

Em duas entrevistas, concedidas no mesmo dia, na última semana, o chanceler Hermes Lima referiu-se demoradamente à "descoberta" de uma série de documentos entre as ruínas de um avião caído e incendiado no Peru e que revelariam um suposto plano de organização de guerrilhas em nosso País — plano que teria sido elaborado pelos comunistas brasileiros e contaria com a aprovação e o apoio, inclusive material, do Governo de Cuba.

Em edições anteriores tivemos a oportunidade de demonstrar essa grosseira provocação, que aliás não foi levada a sério por nenhuma pessoa de bom senso. Além das razões já invocadas para evidenciar o caráter provocador dessa "descoberta", queremos advertir os leitores para duas circunstâncias, antes não mencionadas. A primeira é que os tais documentos remetidos ao Governo Brasileiro pelo Governo do Peru — e remetidos só depois de reiteradas exigências do Itamarati — não foram em suas vias originais, mas em cópias, preparadas ninguém sabe como, aparentemente pelas autoridades peruanas. Por que não foram mandados os originais, como seria normal, uma vez que o assunto se referia apenas ao Brasil, e não ao Peru? Só uma conclusão é possível: porque à vista dos originais a farsa se tornaria ainda mais clara e patente. A segunda circunstância é que as autoridades peruanas — ou, mais exatamente, as autoridades norte-americanas do Peru — já há cerca de um ano haviam se descreditado por completo diante de toda a América ao alardear e encontrar de um plano subversivo semelhante ao de agora, mas que logo ficou provado ser pura criação dos especialistas lanques na matéria. O extravagante achado de "documentos", intactos entre as cinzas do Boeing da Varig, não passa, na verdade de uma reação para o Brasil dos planos de um ano atrás. Uma chantagem da diplomacia norte-americana contra Cuba e o movimento de libertação nacional no Continente.

Contudo, apesar de toda a evidência, insiste-se em atribuir aos comunistas brasileiros, à base dos pretensos planos, a autoria de mirabolantes projetos de criação de focos guerrilheiros em nosso País e, mais, o recebimento de armas e recursos financeiros enviados pelo Governo cubano. O próprio Sr. Hermes Lima, embora tenha declarado que os "documentos" carecem de qualquer significação importante, faz cômico os anticomunistas, dando a entender que os comunistas estavam, ou podiam estar, envolvidos na instalação de "dispositivos" para a luta armada, e que os "fatos apurados" demonstravam apenas a "desarticulação" em que se encontra o movimento comunista.

É necessário, portanto, voltar ao assunto. Não, naturalmente, para "defender" os comunistas de acusações infundadas, mas para denunciar ainda uma vez os verdadeiros objetivos da grossa trama urdida em Lima, da qual os apátridas Carlos Lacerda e Armando Falcão se fizeram os principais e mais histéricos porte-vozes em nosso País. O que se viu com essa estúpida provocação entre pelos olhos: aumentar a onda reacionária contra Cuba, afastar certos setores sociais do movimento de defesa e apoio à revolução cubana e, afinal, justificar a criminoso política imperialista de agressão ao povo de Cuba, que constitui hoje uma preocupação incessante dos "gorilas" do Pentágono e do Departamento de Estado.

Empenhando-se em atingir esse objetivo, os ditos entreguistas e reacionários pretendem

perém, ao mesmo tempo, desfigurar aos olhos da Nação a política que é realmente preconizada pelos comunistas brasileiros e apresentá-la ao povo como se fossem simples agentes fidelistas — como dizem, em seu espírito vocabulário — e não a vanguarda consciente e responsável dos trabalhadores e demais patriotas de nosso País.

A política dos comunistas está traçada na resolução de sua Convenção Nacional, de agosto de 1960, e em documentos posteriores nela inspirados. Aí se esclarece, com toda a nitidez possível, que os comunistas se orientam no sentido da formação de um Governo nacionalista e democrático, que promova as reformas de estrutura capazes de nos libertar do imperialismo e de acabar com o latifúndio, de assegurar e estender as liberdades democráticas e de elevar as condições de vida das massas trabalhadoras e populares. Os comunistas consideram que "nas condições atuais do Brasil e do mundo, existe a possibilidade real de que a revolução anticolonialista e antifeudal atinja seus objetivos por um caminho pacífico", isto é, mediante a luta das forças patrióticas e democráticas — a classe operária, as massas camponesas, a pequena burguesia urbana e a burguesia nacional — congregadas numa vasta frente contra o imperialismo e seus agentes e o latifúndio. Os comunistas não concebem a luta revolucionária senão como a ação sempre das grandes massas, e jamais como gestos desesperados de pequenos grupos que se afastam dos trabalhadores e do povo para lançar-se em aventuras, cujo único resultado é dificultar a unidade das forças revolucionárias, expô-las aos golpes do inimigo e retardar o processo de libertação. Nas presentes circunstâncias, a criação de "grupos de guerrilhas" em nosso País não passaria de uma provocação, de um ato de desespero, enfim de um serviço prestado ao entreguismo e à reação. Os comunistas não poderiam, por isso mesmo, seguir semelhante orientação, ou associar-se a ela. Naturalmente, os marxistas levam em conta também a possibilidade de a revolução seguir um caminho não pacífico, pois os inimigos do povo podem recorrer à violência para impedir a ascensão das forças revolucionárias ao Poder, criando uma situação em que a revolução não teria outra possibilidade senão a de uma solução pela luta armada". Advertidos embora para essa possibilidade de ser imposto ao povo o caminho da luta armada — evidentemente, o menos conveniente e o menos desejável — os comunistas se orientam firmemente pela política formulada em sua Convenção Nacional. Não se conduzem, nem poderiam conduzir-se, por duas políticas, simultaneamente. Daí seu repúdio a tudo quanto possa importar um afastamento da linha de unidade anticolonialista e democrática e da luta de massas, a tudo que resulte em desgaste, e não na acumulação de forças, da frente única, a tudo que possa, de uma maneira ou de outra, criar obstáculos desnecessários ou artificiais à marcha de nosso povo pela conquista de sua libertação nacional e social. Os comunistas têm — como provam os 41 anos de existência do movimento marxista revolucionário no Brasil — uma profunda consciência de sua responsabilidade diante do povo e de toda a Nação. Sabem, além disso, extrair os ensinamentos legados por esses quatro décadas, as lições dos acertos e dos erros cometidos. Não se deixam arrastar nem pelas provocações dos reacionários nem pelos atos de

desespero de quem quer que seja. Guiados resolutamente pela teoria marxista-leninista e rigorosamente atentos à realidade concreta de nosso País, os comunistas brasileiros têm plena consciência do papel que lhes incumbe.

Ao procurar desfigurar a orientação política adotada pelos comunistas e a atividade por eles desenvolvida, sempre à frente das massas, os entreguistas e certos políticos "liberais" que pretendem comprometer diante da opinião pública a vanguarda da classe operária. Com esse mesmo desonesto mas inútil propósito, vivem agora assustando a infância de que os comunistas brasileiros recebem armas e dinheiro fornecidos pelo Governo cubano. De um lado, visam com essa tarpe mentira caracterizar Cuba como um foco de conspiração armada no resto do Continente e o Governo de Fidel Castro como um "agente" da intervenção bolchevista, enquanto justificam clinicamente a intervenção que realmente existe: a dos imperialistas norte-americanos. De outro lado, pretendem assim caracterizar os comunistas como uma força "alienada", cujas decisões vêm do exterior — e que, em verdade, acontece exatamente com os entreguistas e seus amigos, cuja dependência aos interesses dos espoliadores lanques se traduz no mais revoltante tração à Pátria brasileira.

Os comunistas têm na devida conta o valor e a significação excepcionais da revolução cubana. Antes de tudo, ela mostrou e está mostrando que o imperialismo norte-americano pode ser derrotado dentro de nosso Continente. E mais, mostrou e está mostrando que é preciso derrotar o imperialismo, expulsá-lo de nossas terras, para que possamos, os latino-americanos, ser independentes, livres e prósperos. Mas isso não significa, de modo algum, que as particularidades do processo revolucionário de Cuba se reproduzam nos demais países, nem muito menos que a revolução só possa ser vitoriosa nesses países se para eles forem mandadas as armas e o dinheiro de Cuba. Afinal, é a própria experiência cubana que prova o contrário. Qual o país estrangeiro que deu armas e dinheiro a Fidel Castro? Nenhum. Os fuzis que enxotaram Batista e os lanques de Cuba foram tomados de Batista e dos lanques. E os recursos financeiros da que a revolução cubana precisou foram encontrados na própria Cuba. E assim aconteceu, aconteceu e acontecerá com todas as revoluções, quaisquer que sejam as suas peculiaridades. Os comunistas brasileiros preconizam, nas condições atuais do País, que o movimento revolucionário pode e deve percorrer um caminho pacífico. Entretanto, se essas condições se modificarem e os inimigos do povo impuserem a guerra civil, então as armas serão encontradas aqui mesmo — assim como Fidel Castro e seus companheiros encontraram suas armas na própria Cuba. Ninguém pode iludir-se quanto a isso.

Os comunistas — repetimos — têm plena consciência de sua responsabilidade e de seus deveres perante a sociedade brasileira, antes de tudo perante os trabalhadores. Seguirão firmemente pela estrada que se traçaram, certos de que é através dela que melhor, mais rápida e seguramente chegarão ao seu destino — a vitória da revolução brasileira — juntamente com os seus aliados, as forças interessadas em nossa libertação nacional e social, na conquista de dias melhores para o povo e no advento de uma autêntica democracia e do socialismo.

Deputados e senadores nacionalistas, antigos e novos integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista, deram início já a uma intensa atividade de reengrandecimento e dinamização da FPN. Em Brasília, durante os dias de posse dos novos parlamentares e instalação da atual legislatura, reuniram-se para debater e formular o Programa da FPN. Foi então aprovado um Termo de Compromisso, constante de 54 pontos, em que figuram as reivindicações das correntes nacionalistas e democráticas.

Os integrantes da FPN comprometem-se a lutar pelos seguintes objetivos:

Os senadores e deputados integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista, na preservação dos superiores interesses do povo brasileiro, comprometem-se a defender a soberania nacional, lutando pela libertação econômica do País. Em consequência, obrigam-se a sustentar os seguintes pontos, que consideram fundamentais:

### I — DEMOCRATIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1. Reforma do art. 257 da Constituição, para o fim de eliminar o quorum de 2/3, que dificulta a efetivação das reformas de base.
2. Reforma da Lei Eleitoral no sentido de combater a influência do poder econômico nas eleições, o suborno e a fraude.
3. Extensão do direito de voto aos analfabetos, cabos e soldados e eliminação de outras restrições antidemocráticas.
4. Lei orgânica dos partidos políticos, visando a efetiva democratização do sistema partidário.
5. Direito a eleição e posse dos candidatos regularmente inscritos.
6. Defesa da liberdade de opinião, incluindo-se a regulamentação da publicidade comercial e da propaganda política, bem como a nacionalização das empresas de propaganda.
7. Ampla sindicalização de todos os trabalhadores, incluindo-se os camponeses, pequenos lavradores e funcionários públicos de todas as categorias. Libertação dos sindicatos de todas as pressões que pervertam a ação popular.
8. Combate à corrupção administrativa sob todas as formas, eliminando-se as práticas de política de clientela, a exploração do prestígio, o peculato e a ineficiência funcional.

Étativa exigência de seleção pelo mérito, mediante concurso de títulos e provas.

### II — DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO E DA CULTURA:

9. Prioridade de verbas para a erradicação do analfabetismo e desenvolvimento do ensino primário e técnico-profissional.

10. Fortalecimento da escola pública.
11. Combate à comercialização do ensino.
12. Reforma do ensino superior, para colocar a Universidade a serviço do desenvolvimento nacional.
13. — Estimulo aos movimentos de cultura popular.

### III — REFORMA AGRÁRIA

14. Revisão do art. 141, parágrafo 1.º, da Constituição, para o efeito de permitir a desapropriação por interesse social, mediante indenização pelo valor fiscal, com o pagamento em títulos da dívida pública.
15. Fixação de limites máximos e mínimos das áreas da propriedade rural, levando em conta a região e o aproveitamento econômico.
16. Participação dos trabalhadores do campo, por suas associações de classe, na direção dos órgãos de realização da reforma agrária.

### IV — ABASTECIMENTO E CUSTO DE VIDA

17. Combate ao monopólio privado.
18. Nacionalização das indústrias de carne, leite e trigo.
19. Nacionalização progressiva da indústria farmacêutica e produção imediata de medicamentos básicos pelo Estado.
20. Defesa dos preços mínimos para o agricultor na fonte de produção.
21. Financiamento obrigatório pelos bancos particulares, através da cédula rural priorizada no pequeno e médio produtor, devendo o montante do financiamento ser incluído como parte integrante do depósito compulsório na SUMOC.
22. Obrigatoriedade, por parte dos bancos particulares, de aplicarem percentagem de seus depósitos no financiamento à agropecuária, através de cédula rural.
23. Obrigatoriedade, por parte do Banco do Brasil, de desconto da cédula rural.
24. Estimulo à pesca, através de financiamento e emprego à situação social dos pescadores.

### V — DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO INDEPENDENTE

25. Instituição do monopólio estatal do câmbio.
26. Defesa intransigente dos preços-ouro dos nossos produtos de exportação, numa política conjunta com os países subdesenvolvidos.
27. Ampliação do comércio exterior com todas as áreas do mundo, inclusive por meio de acordos bilaterais.
28. Luta pelo estímulo ao comércio comercial entre os países da América Latina.
29. Revisão do sistema fiscal de forma a corrigir o desequilíbrio da economia das diversas regiões do País.
30. Criação de entidades estatais para controle e desenvolvimento do comércio exterior.
31. Monopólio estatal da exportação do café.
32. Política econômica de apoio às empresas estatais e rigorosa fiscalização de sua eficiência administrativa.
33. Rigorosa aplicação da lei que limita as remessas de lucros para o exterior e sua complementação.
34. Revisão da legislação sobre royalties e patentes e licenças.
35. Encampação das concessionárias estrangeiras de serviços públicos, com base no tombamento físico e contábil.
36. Proibição de empréstimos, avais e fiança por estabelecimentos oficiais a 1963.

empresas de capitais estrangeiros.

37. Nacionalização dos estabelecimentos de crédito e sociedades de investimentos, financiamentos, seguros e capitalização.
38. Extensão do monopólio estatal do petróleo à importação, ao refino e à distribuição.
39. Revisão do art. 153, parágrafo 1.º, da Constituição, de modo a assegurar a exploração das riquezas minerais exclusivamente por brasileiros e supressão do direito de preferência ao superfúndio.
40. Luta pela rigorosa aplicação das medidas legislativas e executivas, que visam a cobrir o abuso da evasão de recursos nacionais, mediante depósitos bancários em outros países, inclusive abastecendo, se punição para os que praticam esses atos lesivos ao interesse nacional.
41. Proibição da exportação de mangangas das áreas de interesse da indústria nacional e controle estatal da exportação das demais áreas.
42. Criação de empresa estatal para desenvolvimento sistêmico da pesquisa geológica e exploração de riquezas minerais.
43. Exploração sistemática das nossas riquezas minerais e apoio ao projeto de Lei Orgânica do Ministério de Minas e Energia, ora em curso no Congresso Nacional.
44. Exigir uma política federal de desenvolvimento das regiões mais atrasadas do País, particularmente do Norte e do Nordeste, com prioridade de investimentos e fortalecimento de órgãos estatais de planejamento como a SUDENE.
45. Rejeição de condições políticas nos contratos de empréstimos e qualquer tipo de ajuda do exterior.
46. Controle progressivo dos transportes aéreos, mediante transformação dos subsídios à aviação comercial em ações de propriedade da União.
47. Apoio à política de planejamento global e regional e liquidação dos remanescentes feudais no controle de algumas agências governamentais.
48. Defesa da indústria brasileira contra a pressão das empresas estrangeiras.
49. Fixação na reforma bancária, do fortalecimento dos bancos estatais, utilização de recursos para o desenvolvimento independente da economia, em proveito dos setores básicos e para o financiamento direto dos pequenos e médios produtores agrícolas e industriais, instituição da seletividade do crédito e criação de um órgão normativo de política monetária.

VI — POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE

50. Defesa de uma política de paz, de desarmamento e de convivência pacífica entre todos os países.
51. Relações diplomáticas e culturais com todos os povos.
52. Afastamento do Brasil de qualquer bloco militar.
53. Defesa intransigente do princípio de autodeterminação e não-intervenção.
54. Política de amplo entendimento com os países da América Latina e África.

Os abaixo-assinados consideram que qualquer manifestação contrária aos dispositivos deste programa representará automaticamente, o desligamento do compromisso dos quadros da FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA.

Brasília, 3 de fevereiro de 1963.

### Nota Econômica

José Almeida

Para se chegar à conclusão da necessidade do combate à inflação, basta atentar para as taxas de incremento do meio circulante nos últimos seis ou sete anos. Em 1966, relativamente a 1955, o papel-moeda em circulação no País cresceu de 16,6%. Sucessivamente, em comparação com cada um dos anos precedentes, essas taxas de aumento foram: de 19,5% em 1957; de 24,1% em 1958; de 29,1% em 1959 e de 33,1% em 1960. Em 1961, com a adoção da política econômico-financeira simbolizada pela Instrução 204 da SUMOC, ocorreu verdadeiro salto na taxa de incremento do meio circulante que, efetivamente, aumentou de 52,5%. Por fim, no ano passado, o recuo verificado em determinados aspectos da política teve como consequência um acréscimo menor na taxa de incremento que, mesmo assim, atingiu cerca de 60%. Durante o ano de 1962, o papel-moeda em circulação no Brasil passou de 313,8 bilhões de cruzeiros para aproximadamente 510 bilhões.

Em tais condições, se não forem empreendidas medidas sérias contra a inflação, teremos no ano em curso uma taxa ainda mais elevada de incremento do meio circulante. Que consequências traz implícita essa previsão? A história é rica de exemplos acerca do significado da "inflação galopante". Os orçamentos públicos e privados perdem qualquer sentido, simplesmente desmancham-se, toda previsão, mesmo a curto prazo, torna-se precária, subvertem-se em escala social os valores econômicos e instala-se o caos financeiro.

É evidente que o povo e em particular a classe trabalhadora não tem interesse em que semelhante quadro venha configurar-se em nosso País. Ninguém tem sofrido mais com a inflação do que os trabalhadores, que, como reconhecem o próprio governo, no seu Plano Trienal, lutam muitas vezes tenazmente para manter a duras penas um nível de vida baixíssimo, sem auferir nenhum benefício do desenvolvimento.

Mas, de outra parte, deve ficar clara a compreensão de que não são apenas os trabalhadores e as camadas populares que têm interesse no combate à inflação. Pelo contrário, são as classes possuidoras, as classes dominantes, justamente aquelas às quais a inflação beneficia, que a esta altura têm maior interesse no combate à "inflação galopante". É isto é natural, pois só precisamente estas classes são que mais perderão na hipótese de a inflação não ser contida.

Essa, parece-nos, deve ser a idéia básica de uma política antinflacionária que deseje contar com o apoio das forças progressistas. Em consequência, ninguém deve alimentar a mais leve ilusão de que o povo e os trabalhadores assistirão de braços cruzados a medidas como as adotadas até aqui pelo governo em nome do combate à inflação.

### Combate à inflação mas não às custas do povo

Somos dos que pensam que é justa a eliminação de certos subsídios ao consumo, por exemplo, os dos derivados de petróleo e do trigo nas condições concretas e atuais do Brasil. Mas, não é possível concordar em absoluto com o modo como tal coisa foi feita, isto é, sem que a massa consumidora fosse oferecida compensações para a diminuição do seu poder aquisitivo — e em geral sem outras medidas preservadoras do interesse nacional que deveriam ter-se seguido à eliminação dos subsídios (o tabelamento dos óleos lubrificantes, o monopólio das importações de petróleo, por exemplo).

Inaceitável, de princípio a fim, é igualmente a política oficializada no discurso de posse do ministro San Tiago Dantas no que se refere à encampação das companhias estrangeiras concessionárias de serviços públicos. Como está dito lá, o governo nacionalizará aquelas companhias a preço de ouro, para que elas não continuem sofrendo dificuldades... Mas, é assim que se quer combater a inflação? Dando 1,3 bilhão de cruzeiros à I.T.&T. para que uma sua subsidiária no Rio possa fabricar televisões? Combate-se, por acaso, a inflação concordando em negociar indenizações de mais de cem bilhões de cruzeiros à Bond & Share e à mesma I.T.&T., em troca de velhas instalações? E de onde sair esse dinheiro que é muito mais inflacionário do que os subsídios ao trigo ou ao petróleo, já porque nada acrescenta ao que existe, já porque irá engrossar exatamente uma das piores fontes de inflação, que são as empréas americanas no Brasil? Esta política não pode ter o apoio, mas sim a oposição decidida de todos os bons brasileiros.

Em nome de que irá o funcionalismo público civil e militar conformar-se com um aumento de apenas 40% nos seus salários, quando o custo de vida de abril de 62 a abril próximo terá subido de cerca de 70%? Por que irão os servidores concordar num corte tão sensível em seu nível de vida? Preservando o nível dos seus vencimentos, o funcionalismo está também defendendo os próprios serviços públicos, pois uma política de baixos vencimentos é o caminho mais curto para que o aparelho do Estado se veja desfalcado dos seus elementos mais ativos e mais capazes.

É claro que por esse caminho o governo não irá longe. Terá que ceder aos barões do café, os quais já reclamam preços mais altos e outras vantagens. Terá que ceder ao setor exportador, que já grita contra as atuais taxas de câmbio — e a desvalorização externa do cruzeiro é outra das raízes da inflação. Em suma, a esmagadora maioria do povo brasileiro, que sofreu e continua sofrendo com a inflação rejeita categoricamente uma política de combate à inflação que deva ser feita agravando ainda mais suas dificuldades. Por aí, não.

## Um Congresso Contra as Reformas de Base

Elias Chaves Neto

Promovido oficialmente pelo "Correio da Manhã", do Rio, e pela "Folha de São Paulo", realizou-se de 20 a 27 de janeiro, na capital paulista, rodeado de grande aparato, um "Congresso Brasileiro para Definição das Reformas de Base". Na verdade quem o organizou foram os chamados "homens de empresa" — banqueiros, grandes industriais, grandes proprietários de terras — mobilizando para os debates, em defesa dos seus pontos de vista, os advogados e engenheiros que constituem a primeira linha do seus conselheiros. O jornal "O Estado de São Paulo" encarregou-se de definir bem o sentido do conclave. Tratava-se de "por fogo de encontro à desabalada propaganda revolucionária", segundo a qual "ou realizávamos aquilo a que chamamos reformas de base ou levaríamos o país a levantar-se em armas nas mãos para impulsionar", clamor do qual participava o próprio presidente da República.

Confirma plenamente esta interpretação a composição parcial do Congresso, apontada por Celo Prado Junior em entrevista concedida à "Folha de São Paulo", como uma concentração de elementos da direita e da extrema direita, sem participação das partes diretamente interessadas nas reformas a serem estudadas, tais como líderes sindicais, operários e lavradores.

Tender dos congressistas, o país não necessita realmente de reformas de profundidade, mas tão apenas de alguns reajustes na sua vida econômica e administrativa. Neste sentido é que se pode dizer que o Congresso foi um fracasso. E malgrado nesse sentido, malgrado igualmente no sentido em que os reacionários que e rem ver um triunfo, a saber, o de tirar as reivindicações do nosso povo por reformas de base, o seu cunho revolucionário, para atribuir-lhe um caráter puramente técnico.

Entretanto, uma conclusão da maior importância resulta do Congresso: é inútil procurar soluções técnicas para os problemas com os quais se defronta o nosso País, sem que se tenha idéias precisas desses problemas. É evidente que a solução para aqueles que acham que a vinda de capitais para o nosso País é um bem, e para a que é julgada, pelo contrário, que uma das causas das dificuldades pelas quais o País atravessa consiste precisamente na exploração por esses capitais, é evidente que as soluções alvejadas serão diametralmente opostas, num e noutro caso.

Para se introduzir a confusão e iludir a opinião pública do País, chamam-se de "reformas" as pequenas modificações propostas em nossa vida administrativa e econômica visando torná-la mais eficiente. Isto é, mais rendosa, para os capitalistas nacionais e estrangeiros.

as dificuldades da vida, a forma — para tolerar divagações, mesmo de caráter técnico e científico e de alto nível, como a reação qualificou os debates havidos em São Paulo.

Não é admissível um "Congresso para a Definição das Reformas de Base" contrário à essas mesmas reformas de base. As reformas que o nosso povo exige são aquelas que visam atribuir a terra ao trabalhador agrícola; acabar com a exploração do nosso País pelo capital estrangeiro, exploração que se processa de forma tão escandalosa a constituir um verdadeiro ultraje à nossa inteligência; assegurar aos trabalhadores e ao povo as mais amplas liberdades e garantias democráticas. Como realizar essas reformas, como alcançar os objetivos desejados, como obter para elas a contribuição de uma burguesia progressista, que tem algum interesse na sua realização? Estas as questões que deveriam ser respondidas por um congresso interessado realmente em contribuir para a realização das reformas de base.

Esse foi, afinal, um congresso de pessoas que têm os olhos vendados às necessidades fundamentais do nosso povo. Mas, apesar da grande mobilização e da enorme publicidade feita em torno de tal realização, os grandes e profundos problemas de nosso País e de nosso povo continuam e se apresentam na ordem do dia. E através da tomada de posição desses líderes das classes dominantes, o nosso povo — os operários, os camponeses, os estudantes, os intelectuais, a burguesia ligada aos interesses nacionais — compreende cada vez mais claramente que só através da sua união e da sua ação poderão ser realmente realizadas as reformas de base.

### Fora de Rumo

Paulo Notta Lima

Dispõe o "Jornal do Brasil" de um dos melhores serviços fotográficos da imprensa carioca. Esse serviço brindou-nos terça-feira última com um vasto clichê de primeira página. Tinha o clichê esta legenda: "Os srs. Lincoln Gordon e Herbert May cercam os ministros San Tiago Dantas e Antônio Balbino, no encontro de ontem". Os ministros cercados estão sorridentes. Mais aberto que o do sr. San Tiago é o sorriso tropical do pequeno, porém dinâmico sr. Balbino. Ao ver tanta alegria entre pessoas cercadas, lembrei-me de umas fotografias que as revistas publicaram depois da queda da França. Eram oficiais colaboracionistas, futuros "ultras" da Argélia, muito sorridentes, cercados por oficiais do exército de Hitler. Os colaboracionistas, rindo mostravam aos alemães a Linha Maginot por dentro.

Rindo bastante, o aristocrático sr. San Tiago e o mirrado sr. Balbino deixaram documentar sua alegria depois de haverem mostrado por dentro, aos generais Gordon e May, da Wehrmacht de Wall Street, os seus ganhos secretos do Plano Trienal do sr. Furtado. A fotografia histórica ilustra o respeitável público sobre a primeira conversa dos srs. Herbert May e Lincoln Gordon com os dois representantes do governo brasileiro. Qual o assunto? As relações entre o Brasil e os Estados Unidos, que segundo afirmam os conferencistas, marcham num ambiente de cooperação econômica cada vez mais harmoniosa.

No encontro dos srs. May, Gordon, San Tiago e Balbino, sempre num ambiente de saudável bom-humor, conversou-se a respeito da aquisição, pelo Brasil, do ferro-velho de empresas americanas concessionárias de serviços públicos brasileiros. Como isso não dá mais calor, os Estados Unidos, entre sorrisos dos srs. San Tiago e Balbino, nos vendem, por preços que os americanos ditam, o bagaço dos roletes. Os srs. Gordon e May, que não dormem de touca, devem ter conservado seus sorrisos ao lerem a declaração do sr. San Tiago de que a conversa dos quatro grandes fóra muito útil.

O ministro da Fazenda promete explicar na TV, com o que lado foi útil seu passeio na Linha Maginot, com os generais May e Gordon.

# A Alternativa Conciliadora do Plano Trienal

Jacob Gorender

# Por um Debate Aberto e Não Discriminatório

Santiago Carrillo, secretário do CC do PC da Espanha

Narra o jornalista Carlos Castello Branco, em sua coluna do *Journal do Brasil*, edição de domingo último, que o ministro Celso Furtado, numa reunião com deputados nacionalistas, e diante das objeções destes ao Plano Trienal, teve a seguinte palavra final: "Devo esclarecer que não me encomendará um projeto de revolução, mas um plano de governo".

Tão prementória afirmação era, por certo, dispensável, uma vez que não haverá ninguém tão ingênuo neste País que vá encomendar um "projeto de revolução" precisamente ao sr. Celso Furtado. E se alguém tão ingênuo existe, este não será, sem dúvida, o sr. João Goulart, que não se distingue por inclinações revolucionárias.

O que grande parte da opinião pública tinha o direito de esperar, isto sim, é que, no plano para o seu governo presidencialista, o sr. João Goulart se decidisse a fazer o País avançar no sentido da sua emancipação nacional e da realização daquelas reformas de base, prometidas em tantas ocasiões, inclusive na recente campanha plebiscitária. Vê-lo, porém, não muito diferente neste Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, (1) apresentado como uma espécie de documento programático do novo governo presidencialista. Na entrevista, concedida a *Novos Rumos*, foi o Plano definido por Luiz Carlos Prestes, acertadamente como uma tentativa da burguesia nacional para conciliar o desenvolvimento econômico e a redução do ritmo inflacionário com a manutenção dos privilégios do capital imperialista e do setor latifundiário-exportador.

Para todo autêntico nacionalista, e não só para os comunistas, importa, na consideração deste Plano, em primeiro lugar, que, entre as medidas por ele propostas, não figura a mais mínima que possa causar um arranhão sequer na dominação imperialista sobre

a economia brasileira. Na realidade, o Plano toma esta dominação por premissa inelutável. Para comprová-lo, basta mencionar que a sua política de câmbio é a mesma da célebre Instrução 234 da SUMOC, ou seja, a política de câmbio prevencionada pelo Fundo Monetário Internacional e conveniente, no capital estrangeiro e ao setor latifundiário-exportador. A página 10, anuncia-se que "a política de câmbio estará orientada no sentido de assegurar ao setor exportador nível de renda real capaz de estimulá-lo a manter um adequado esforço de vendas no exterior...". Se, ao mesmo tempo, se fala na "disciplina das importações", já vemos que, no quadro de semelhante orientação, tal disciplina diz respeito, antes de tudo, à importação de trigo e de outros artigos significativos para o consumo popular. A isto acrescenta-se a previsão da continuada desvalorização do cruzeiro, corolário inevitável de uma política que entrega o mercado de divisas às manobras do grande capital forâneo e de seus sócios nacionais.

E o caso, todavia, de se perguntar: haveria outra alternativa? Sim, outra alternativa existe. Os comunistas, há bastante tempo, vêm propondo o monopólio estatal do câmbio, como solução positiva que pode salvaguardar os interesses nacionais, se concebida e aplicada, está claro, no quadro de uma política geral de desenvolvimento econômico independente.

Onde, porém, a aceitação da premissa da dominação imperialista se torna mais abultada e gritante é na questão da dívida externa. A fim de manter a taxa atual de crescimento da renda nacional, que os dados oficiais estimam seja de 7% ao ano, o Plano conclui que será necessário, no triênio 1963/1965, um investimento total de 3,5 trilhões de cruzeiros, preços de 1962, equivalentes a 7,6 bilhões de dólares. Acontece, porém, que, no mesmo período, o Brasil

tem de remeter para o exterior, a título de amortização e juros, a soma de 1.662 milhões de dólares. Nestas condições, considera-se imprescindível, para a execução do Plano, a entrada de 1.320 milhões de dólares, a título de empréstimos e financiamentos, sendo 560 milhões na qualidade de empréstimos e compensatórios (para cobertura de déficits do balanço de pagamentos) e 760 milhões sob a forma de capitais autônomos (para investimentos). Prevê-se, simultaneamente, a entrada de 310 milhões de dólares, em investimentos diretos. Temos, assim, um total de recursos de origem externa equivalente a 1.830 milhões de dólares, ou seja, 25% do investimento total no triênio, e não 21%, como consta do Plano, que, no caso, injustificadamente, omite o capital estrangeiro sob a forma de investimento direto).

Ora, isto significa que não apenas se mantém, mas se agrava a situação de dependência da economia brasileira com relação ao imperialismo. Em artigo publicado em *O Glóbo*, a 20 de novembro de 1959, o sr. Eugênio Gudin afirmava que o capital estrangeiro representava, em média, 10 a 15% da nossa capacidade de investir, considerando essa taxa satisfatória. Se agora são desenvolvedores de pura cêpa, e não mais um entreguista como o sr. Gudin, que proclamam a necessidade de 25% de recursos de origem externa para que o Brasil possa continuar a crescer apenas no ritmo atual, como falar em desenvolvimento econômico independente, em política de emancipação nacional?

Orientando-se no sentido de aceitar uma situação de maior dependência da economia brasileira, o Plano Trienal, ao fazer a projeção do balanço de pagamentos, toma como fato consumado a "elevação dos montantes correspondentes a lucros, dividendos, royalties, patentes, etc., em função do aumento previsto nos investimentos estrangeiros no país"

(p.75). Ao invés da redução das remessas para o exterior, como reivindicava o movimento nacionalista, a perspectiva pura e simples do Governo e dos seus planejadores é a do aumento dessas remessas implicando o agravamento das dificuldades cambiais e da subordinação aos agiotas de Nova Iorque e da Europa Ocidental.

A página 46, o Plano reconhece explicitamente que "a taxa de crescimento de 7% teria de ser reajustada para baixo se não fosse possível contar com adequado refinanciamento da dívida externa, como meio de manter a atual capacidade para importar". A opção definitiva pertence, portanto, ao capital financeiro internacional, principalmente norte-americano. Este é que decidirá, em última instância, da execução do Plano.

Será fatal a entrega da opção ao imperialismo ou haverá outra alternativa, em que o poder de decidir seja nosso, dos brasileiros? Esta alternativa existe e se resume na suspensão do pagamento dos compromissos externos, enquanto persistir a situação difícil no balanço de pagamentos e enquanto os nossos credores não desistirem de fazer desta situação um instrumento de pressão contra os interesses do País. Aos que alegarem que se trata de medida absurda e inexecutable, lembraremos que ela possui precedente histórico no Brasil, pois na década de 30, por duas vezes (de 1931 a 1934 e de 1927 a 1940), o governo Vargas suspendeu o serviço da dívida externa, o que não conduziu o País ao desastre, mas, ao contrário, permitiu-lhe enfrentar uma fase de crise e a disponibilidade cambiais.

Acrescentamos que estes aspectos de importância essencial já são suficientes para julgar o Plano Trienal, ainda mais se estabelecermos a necessária conexão com o subserviente louvor do capital estrangeiro e da Aliança para o Progresso, contido no discurso de posse do sr. San Tiago Dantas no Ministério da Fazenda, e com a vergo-

nhosa capitulação do governo do sr. João Goulart no episódio da encampação da subsidiária sul-riograndense da IT&T, capitulação que ameaça ampliar-se enormemente nas negociações em curso para encampação das subsidiárias da Borid and Share.

Se, como podemos entrar em detalhes, nos limites deste artigo, é indispensável mencionar ainda a política anti-inflacionária proposta pelo Plano e já em execução, produzindo efeitos desastrosos para as massas do povo. Concordamos que é preciso conter a inflação sem deter o desenvolvimento econômico. É inaceitável, porém, que isto seja obtido através da aplicação de uma variante, adaptada aos interesses da burguesia brasileira, da política recomendada e exigida pelo FMI. O povo, que foi e continua sendo submetido a uma espoliação através da inflação, será obrigado também a pagar para reduzir o mal, o que é bastante problemático, enquanto permanecem inalterados os interesses e privilégios do capital estrangeiro, dos latifundiários e da burguesia.

Encerramos esta apreciação citando a declaração do ministro Celso Furtado ao *Washington Post*: "Este é um plano realmente conservador..." (*Última Hora*, 31 de dezembro de 1962). Nada há que objetar a tais palavras, porque, de fato, o resultado fundamental da aplicação do Plano será a manutenção da política governamental de conciliação dos interesses do imperialismo e do latifúndio. Isto explica muito bem porque, apesar de representarem setores diferentes da burguesia e divergirem em suas concepções teóricas, o Plano Trienal pode ser elaborado pelo sr. Celso Furtado e aprovado pelo sr. Gouveia de Bulhões...

(1) As citações deste artigo se referem à Síntese de 195 páginas editada pela Presidência da República.

Nós, os comunistas, fizemos um pronunciamento a favor do debate aberto e não discriminatório sobre os problemas atuais da Espanha — o que outros talvez chamassem diálogo. A Espanha está chegando a um momento crítico no aspecto político, social, econômico e cultural; a um verdadeiro impasse. De nada nos servirá tentar enganar-nos ou fechar os olhos à realidade. Tampouco nos valerá recorrer às opiniões da oposição. Basta ler a imprensa dirigida, observar o que se passa nas próprias organizações oficiais, ou ouvir os discursos e declarações de certos ministros, para nos darmos conta disso. Uns com satisfação, outros com temor, todos compreendemos que nosso país já atingiu um ponto que torna imprescindível a produção de uma virada. Em que sentido se fará essa virada? Que forças manejarão o leme? Eis as duas questões que preocupam a todos. As respostas são encontradas e se chocam muitas vezes — o que ninguém pode estranhar. O mais grave não está nessas divergências, cuja importância não subestimamos, mas sim nas atitudes discriminatórias que em alguns casos se apresentam.

De qualquer modo, o futuro mais imediato em nosso país é a democracia. Um homem tão destacado de nós como Calvo Sotelo, já o reconheceu e o tem declarado através das colunas do jornal ABC. Tenho para mim que, em seu julgamento íntimo, mesmo muitos dos colaboradores do atual governo estão convencidos do advento inexorável da democracia. Muitos darão qualquer coisa por deixar a incógnita de como se chegará a esse futuro e em que consistirá ele realmente.

Dai surge a necessidade de um debate que não pareça um diálogo de surdos nem um amontoado de subterfúgios, mas sim um debate impregnado de sinceridade, onde cada partido, cada grupo, cada pessoa expresse o seu pensamento abertamente. Torna-se necessário livrar a discussão de um sentido de "maquiavelismo", estreito, por meio do qual alguns queriam desembaraçar-se de Franco, sem o dizer e mesmo sustentando defendê-lo; outros que se proclamam raiosamente antifranquistas, sem se reconhecerem a si na prática, de uma forma consequente; de onde não se sabe, às vezes, onde termina a colaboração e onde começa a oposição, onde está a sinceridade e onde o jogo duplo.

Tem cabimento a possibilidade de um debate sincero entre todos os que, com umas e outras posições, apesar da diversidade e das divergências, compreendam a inevitabilidade de partir para um regime democrático, para um regime de liberdades políticas, eleições e pluralidade de partidos? A nosso ver esse debate é possível e, ademais, seria muito benéfico. Poria em evidência, indubitavelmente, os contrastes, as diferenças, as contradições. Porém seria, em si mesmo, já um avanço no sentido de resolver aqueles, o que quer dizer, um avanço para a democracia.

Mas para que resulte assim, é necessário que esse debate não seja discriminatório. Que entendemos por isto? Uma coisa muito simples, que a guerra fria ou a guerra fria atual não constitui um obstáculo intransponível. Que os que estiveram no campo franquista renunciem à idéia de que toda transformação seja uma continuação de caráter reacionarista, da mesma forma que nós que defendemos a República não podemos pretender que a nova democracia seja simplesmente a continuação daquela. A Espanha necessita algo de novo; algo que tenha em conta os processos havidos no mundo e o sentimento das novas gerações, que não participaram da guerra.

E é necessário, por sua vez, que acima das divergências que a guerra fria pode engendrar e sem dúvida o faz, reconheçamos que a nova etapa espanhola precisa, tanto da parte do governo como da oposição, da participação de todas as forças que tenham influência entre a opinião nacional, quaisquer que sejam as suas origens.

Sobre esta base não se exclui nenhuma corrente, em princípio: serão por si mesmo excluídos os que quiserem impor sua fórmula individual a todos os demais.

Que ganharemos, uns e outros, com esse debate? Por um lado, trazer ao conhecimento do povo as crises e buscar soluções que se apresentem para a Espanha, em vez de assumir a conduta do avestruz; acostumar-nos a debater, a dialogar não somente com os partidários, mas também com os que não o são, como é forçoso que aconteça numa democracia; encontrar, não as bases de uma aliança política — impossível entre forças opostas — mas sim, os caminhos que a maioria dos espanhóis poderíamos aceitar para chegar a uma situação democrática, que permitisse à Espanha sair do impasse em que se encontra. Um debate assim tranquilizaria a muitos e abriria perspectivas de desenvolvimento pacífico que agora parecem a muitos impossíveis e que pode terminar resultando desse modo, na prática, se a esquerda e o comunismo ferrenhos continuarem dominando certos setores.

Através de que recursos manter este diálogo? Alguns poderão se valer mesmo de certos órgãos da imprensa legal, outros da imprensa e rádio clandestinas. Certa imprensa internacional oferece também campo para esse debate. Isto sem contar a possibilidade de organizar Encontros na Espanha e no estrangeiro com este fim.

Em todo o caso, os comunistas insistimos na necessidade de um debate aberto, sincero sobre os rumos da Espanha. E estamos dispostos a dialogar, de público ou privadamente, sem compromissos prévios, com qualquer um, pertença a que corrente pertencer, que se preocupe com estes mesmos problemas.

# Rumânia Socialista Vende e Compra de 87 Países

# PORTUGAL NO CAMINHO DA LIBERTAÇÃO

J. L. Mendes

No começo de novembro de 1962 o transatlântico rumeno "Prietenii" partia em sua primeira viagem para a Síria. Ao mesmo tempo na "vegavam" carregados de mercadorias diversos navios rumenos: "Pacea" nas águas do Mediterrâneo, "Bucaresti" em direção a Bombaim, "Dobrogea" nas águas que banham as costas ocidentais da África, e "Galatex" chega pela primeira vez aos portos da América Latina.

Das quatro grandes portas da R. D. Rumênia — o porto marítimo de Constantza, o porto danubiano de Galatex, os pontos da fronteira Ungriana, ao leste e Curtici até oeste — partem navios levando para os mais longínquos confins do mundo máquinas, maquinarias, matérias-primas, artigos de amplo consumo.

O QUE DIZIAM ANTES Faz alguns decênios, uma edição da conhecida enciclopédia francesa "Larousse" apresentava a Rumânia como um país eminentemente agrícola e dedicado à criação de gado... A atividade da indústria rumena mencionava-se em seguida, limita-se em geral à exploração do petróleo e ao sal... Do ponto de vista comercial, os principais artigos de exportação da Rumânia são os cereais e seus derivados, petróleo, madeira e gado.

Os quatro grupos de produtos tradicionais mencionados, cobriam naquela época, aproximadamente, três quartas partes do total da exportação rumena. O poderoso desenvolvimento da economia rumena nos anos seguintes à li-

bertação do país, os progressos alcançados na indústria, refletem-se no volume e estrutura atual do comércio exterior. Os produtos industriais representam cerca de 3/4 partes das exportações rumenas.

O socialismo, que venceu definitivamente nas cidades e aldeias, transformou a Rumânia em um país industrial-agrícola em pleno desenvolvimento. A produção industrial da Rumânia em todo ano de 1958 se conseguiu em 55 dias. Apenas no primeiro trimestre deste ano se produziram 2,3 bilhões mais energia elétrica, produtos químicos, etc. que em todo ano de 1958.

EXPORTANDO FABRICAS O desenvolvimento preferencial da indústria pesada especialmente da indústria de construção mecânica — cuja produção foi 13 vezes maior em 1961 que em 1958 — fizeram com que a Rumânia, que no passado importava 95% das máquinas e maquinarias que necessitava, se transformasse em exportadora de máquinas e maquinarias.

O peso específico das maquinarias e máquinas na exportação rumena cresce constantemente. Daremos alguns exemplos: diversos países compraram nos últimos quatro anos na Rumânia equipamento para centrais termoelétricas, maquinaria para a indústria petrolífera extrativa e refinaria para a indústria química, fábricas de cimento e construções navais no valor de quase 1,1 bilhão de lei em divisas. No passado, não se fabricavam estas maquinarias no país, eram elas importadas. Os ramos industriais que os produzem agora foram instalados recentemente, nos anos da construção socialista. Rica em petróleo, possui a Rumânia uma poderosa indústria de maquinaria petrolífera de extração e refinamento. Este ano começou a funcionar na Índia uma refinaria de petróleo construída com maquinarias rumenas e com a ajuda de especialistas rumenos. No mesmo período de 4 anos, 1958/61, a Rumânia entregou en-

tre outros, 15.583 tratores, 9.511 transformadores, 9.509 vagões de carga e cisternas, uns 98.000 motores elétricos, etc. Apenas neste período exportou-se quatro vezes mais tratores do que os que existiam em toda a Rumânia em 1958. Ano após ano aparecem no mercado internacional, em quantidades crescentes, produtos da indústria química rumena, como cuja produção global aumentou em 1961 de 11 vezes em comparação com 1958. Eis algumas cifras. Os produtos químicos e farmacêuticos, que somam diversas dezenas de artigos, são entregues em mais de 30 países. Inclusive alguns com uma antiga e bem desenvolvida indústria química. Apenas nos últimos quatro anos foram exportadas, entre outras, 424,3 mil toneladas de soda calcinada e cáustica.

O cimento rumeno adquirido no mesmo período por diversos países, ultrapassa 435 milhões de toneladas; isto significa que se entregaram no ano duas vezes mais sacas de cimento que toda a produção de 1958.

A Rumânia continua exportando uma série de mercadorias tradicionais em seu comércio exterior. O elemento novo, característico destas exportações, é que estes produtos são cada vez mais elaborados, os tipos mais variados e a qualidade superior. A Rumânia não vende madeira, e sim produtos acabados, e sim produtos acabados. As estatísticas assinalam que de 1958 a 1961 a Rumânia entregou ao estrangeiro mais de 3,1 milhões de toneladas de produtos petrolíferos. Na exportação de produtos florestais cresce o peso específico dos móveis e de outros produtos acabados.

O desenvolvimento econômico da Rumânia e seu desejo de ampliar relações mutuamente vantajosas com todos os países, como importante contribuição à difusão da colaboração internacional, refletem-se no volume do comércio exterior do país, que é 3,5 vezes maior em 1961 do que fora em 1950. O valor dos interes-

chos comerciais aumentou — em cifras redondas — de 6,1 bilhões de lei de divisas em 1958, a 8,2 bilhões em 1960 e a mais de 9,6 bilhões em 1961. O valor dos intercâmbios comerciais da Rumânia eleva-se em 1962 a mais de 11,1/3 bilhões de lei de divisas. Este desenvolvimento do comércio exterior da Rumânia efetua-se sobre a base de balanças comerciais ativas e balanças de pagamento equilibradas. COM 87 PAÍSES A Rumânia tem relações econômicas correntes com 87 países, na maior parte à base de acordos.

No comércio exterior rumeno ocupam o lugar principal as relações com a União Soviética e com os demais países socialistas. Estas relações regulamentadas mediante acordos a longo prazo, desempenham um importante papel no crescimento econômico de cada um dos países socialistas, e do sistema mundial socialista em seu conjunto.

Paralelamente ao desenvolvimento de seu comércio com os países socialistas, a Rumânia amplia suas relações comerciais com os países capitalistas ocidentais como com os jovens Estados da Ásia e África que conquistaram faz pouco sua independência.

O desenvolvimento da economia rumena determina também o crescimento das importações, cuja estrutura está influenciada pela industrialização do país. A maior parte das importações são maquinarias e instalações semifabricadas e uma série de matérias-primas para a indústria. O cumprimento do plano sexenal em todos os ramos da economia nacional fez com que pudessem ser cumpridas as tarefas no domínio do comércio exterior, em proporção de 80% nos três primeiros anos. Isto é outra prova do desenvolvimento da economia rumena, de suas possibilidades crescentes de um comércio vantajoso com todos os países no espírito de coexistência pacífica e da fecunda colaboração internacional.

A recente criação da Frente Patriótica de Libertação Nacional levada a cabo num conclave secreto entre as forças mais representativas que se opõem à ditadura de Salazar, significa um acontecimento de singular importância para a vida política portuguesa, que corresponde assinalar e festejar.

Esta Conferência dos oposicionistas portugueses efetuada num país da Europa nos dias 19, 20 e 21 de dezembro, acaba de dar à publicidade uma declaração conjunta donde se explicam as razões da formação da FPLN e dos objetivos imediatos que visa. Tais objetivos aparecem claramente expressados no sentido da preparação das condições necessárias indispensáveis, formas de organização e táticas adequadas para um movimento nacional revolucionário.

O acontecimento tão grato não tem nada de surpreendente nem fortuito. Representa pelo contrário a culminação lógica e previsível de todo um encadeamento revolucionário que se vinha gestando e processando em forma ininterrupta e ascendente a partir do malogrado e espetaculoso intento do SANTA MARIA, do assalto ao quartel de Beja, das grandiosas mobilizações camponesas do Sul do país — mais de 350.000 camponeses em ação reivindicativa — e das greves estudantis das universidades de Lisboa, Coimbra e Porto. Ele marcará sem sombra de dúvida o início dum vasto ciclo de ações de massas, do desencadeamento impetuoso de lutas de novo tipo enquadradas num esquema estratégico e tático, mais ajustado às peculiaridades nacionais, às condições objetivas e subjetivas emergentes — aos superiores e supremos interesses do povo português e da nação portuguesa!

Portugal, o Adamastor ludibriado pela História, é um diminuto país dominado vastíssimas possessões coloniais; mas é também, um país, um pequeno país vastamente colonizado e dominado! Um gigante com pés de barro! A sua simultânea condição de país oprimido e oprimido pelo imperialismo, coloca Portugal fascista, colonialista e dependente, subdesenvolvido, contra a sua vontade, no centro nevrálgico da conjuntura crucial da nossa época — a luta dos povos dependentes pela soberania nacional e pelo desenvolvimento econômico, pela democracia; a luta dos povos coloniais contra o colonialismo e o imperialismo.

Esta situação paradoxal favorece a expansão e o fortalecimento do movimento democrático nacional na medida em que debilita as posições do imperialismo e obriga o regime fascista a lutar em duas frentes: — a frente interna de libertação nacional e democrática, e a externa dos povos oprimidos das colônias. A agudização destas contradições e a pugna por sobreviver determina o endurecimento do re-

gime fascista e a aplicação das piores e mais abjetas formas do terror político.

Em Portugal, portanto, qualquer plataforma realista de luta tem que partir obrigatoriamente destas bases.

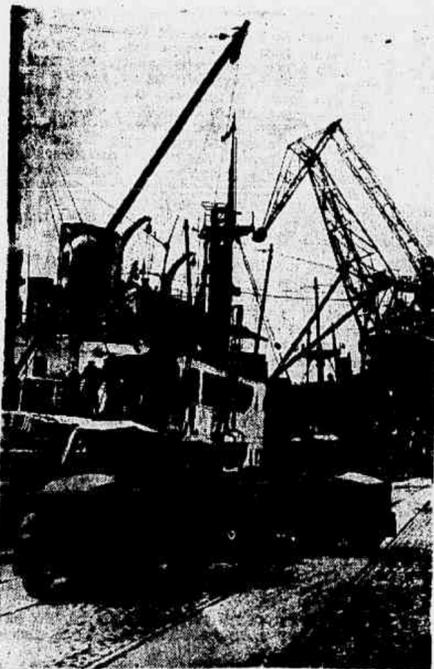
A preparação e criação desta flamante Frente Patriótica, destinada a desempenhar um rol preponderante nos futuros acontecimentos e no porvir de Portugal, deve-se em grande parte à iniciativa, à previsão e à tenacidade do P. Comunista Português. Durante longos anos o Partido da classe operária portuguesa não obstante o embate feroz da repressão e do anticomunismo, do oficial e do provocado e praticado pelos agentes da guerra fria nativos infiltrados no seio da Oposição democrática, jamais abdicou de propugnar e lutar pela unidade nacional e popular sem exclusões. Fé-lho quando estava ainda no tapete o legalismo e se tentava inutilmente uma saída da crise portuguesa pela via pacífica, e quando esgotados todos os recursos e dissipadas as últimas ilusões legalistas, se optou finalmente pela rota não pacífica.

Mas se este auspicioso desenlace de hoje se deve principalmente ao labor e consistência do PCP, também sobre ele recaí agora a enorme responsabilidade de o manter incólume e firme e velar pela estrita observância dos fins para que foi criado — não permitindo nem a indisciplina, nem a improvisação, nem a aventura.

O provado Partido de Bento Gonçalves, de Militão Ribeiro, Alex e Cunha, com uma trajetória heróica de 30 anos de resistência clandestina, forte e organizado, é garantia suficiente para supor que o empreendimento não malogrará. Por outra parte, os restantes setores da oposição, liberais, católicos, burguesia progressista, socialistas, todos tiveram uma dura experiência através destes últimos 15 anos; e já se converteu em realidade a experiência política e do solipsismo inócuo, defendendo sinceramente, mas hoje a unidade combatente — uma alternativa para obter a vitória popular e democrática sobre o fascismo.

Da leitura e análise da declaração de princípios da FPLN se desprende que o caminho preconizado pelos integrantes do organismo, nas atuais circunstâncias, é o do levante nacional contra a ditadura.

Esta conjuntura expectante e radical da oposição portuguesa determinada pelas características e agudez das lutas no âmbito dum estado policial fascista que anula e impede toda tentativa de solução democrática, por via pacífica, deve merecer, merecer ser estudada e analisada detidamente a luz do marxismo.



# BLUES: LAMENTO DE REVOLTA E DE ESPERANÇA



Canto de Página  
Enleida  
Parece pesadelo

Quando, há quinhentos anos atrás, o navegador português Antão Gonçalves desembarcou dez africanos no porto de Lisboa e os vendeu pelo melhor preço, com o duplo objetivo de encher sua bolsa e "salvar as almas delas" (sic), não se pensaria que ele iria ser o promotor de um tráfico de carne humana que, durante quase quatro séculos e meio, marcaria com um estigma sangrento a história européia, e que permaneceria como um dos mais atrozes genocídios de toda a história mundial. Mas o que esse Antão Gonçalves podia ainda menos calcular é que, no século vinte, a música dos descendentes desses escravos vendidos como gado espalharia seu sopro sincopado sobre toda a terra...

Na realidade, 1442 representa o extremo início da escravidão, e mesmo quando, cinquenta anos mais tarde, Cristóvão Colombo manda quinhentos indígenas das Caraíbas para a Espanha, a fim de que sejam vendidos nos mercados de Sevilha, o odioso comércio apenas começava. Conhecida sua plena expansão nos séculos dezoito e dezanove e seu mercado mais rentável seria o das antigas colônias inglesas e francesas que se tinham transformado nos jovens Estados Unidos da América. Dissemos bem, séculos dezoito e dezanove, pois se a escravidão foi legalmente interdita em 1802 pela Dinamarca, em 1807 pela Inglaterra e os Estados Unidos, em 1813 pela Suécia, em 1814 pela Holanda, em 1815 pela França e em 1820 pela Espanha, pode-se ainda no tempo do "romantismo" comprar um negro válido por 1.100 dólares nos mercados de Nova Orleães, por 350 nos portos de Cuba e por 25 a 50 "pagáveis em rum e em pólvora de fuzil na costa da Guiné", como observa Barry Ujnov.

É difícil calcular — escreveu Pierre Ichac — a prodigiosa sangria demográfica que sofreu a África negra devido à escravidão. O escravo que aparece nas estatísticas comerciais representa apenas a minoria das vítimas da devastação que os raptos de sua aldeia, sendo preciso que lhes acrescentemos os guerreiros dos dois campos mortos em combate, os velhos, as mulheres, as crianças, os doentes intransportáveis ou invendáveis massacrados no lugar e os cativos que o esgotamento, as epidemias, a brutalidade de seus transportadores ou simplesmente a nostalgia fizeram perecer no caminho intermédio que levava à escravidão. Podemos, junto com os autores mais moderados, avaliar em mais de trinta, talvez quarenta milhões o número de indivíduos que a África perdeu em virtude das necessidades dos negreiros criados de sua banda ocidental.

Se as vítimas da escravidão levavam por toda a parte as mesmas cadeias e gemiam sob os mesmos açoites, é preciso notar, como Sim Copans, que "na província da Bahia, no Brasil, em Cuba, no Haiti, lá onde milhares de escravos originários da mesma região da África foram reunidos em grandes plantações, a cultura africana sobreviveu até nossos dias de uma maneira espontânea. Mas nas colônias britânicas da América do Norte, onde as plantações eram relativamente pequenas e onde os escravos foram o mais das vezes dispersos, eles foram muito rapidamente desligados de suas fontes culturais".

Esse desligamento era ainda mais profundo pois, nos Estados escravistas, era corrente que o fato de aprender a ler ou escrever por um escravo fosse considerado crime. E com que cinismo de "bempensante" particularmente notável um membro da Câmara dos Representantes americana, eleito pelos agricultores da Virgínia, podia afirmar em 1832: "Temos, na medida do possível, fechado todo caminho pelo qual a luz possa penetrar no espírito dos escravos. Se pudéssemos suprimir sua capacidade de ver a luz, nossa tarefa estaria terminada: eles estariam então no mesmo nível das bestas do campo, e nós estaríamos em segurança".



Sabe que as tentativas de revolta dos "escravos fugidos" são atropadas em um banho de sangue, nada mais resta ao negro acorrentado que seu grito e seus lamentos, o incêndio de raiva e de dor que lhe queima o coração. Mas, para soltar esses gritos, ele encontra naturalmente um ritmo, esse ritmo quase instintivo que, apesar do desligamento de suas fontes culturais, cada mãe transmitiu a seu filho através de um canto vendido separadamente; esse ritmo herdado de seus antepassados; esse ritmo que desde milênios anima as auroras e embala os crepúsculos da floresta africana. E, depois, a não ser para a compreensão das ordens que dá, o senhor branco não pode impedir que o escravo utilize uma língua. Assim, apesar de sua terrível sorte, esses forçados analfabetos que são, nos séculos dezoito e dezanove, os negros norte-americanos, vão forjar um meio de expressão original — eles vão cantar.

Ainda que o desprezo dos americanos brancos da época pelos "nlogers" tenha limitado ao extremo as fontes de informações, parece aceito que a primeira forma dessa expressão foram os cantos de trabalho: esses cantos, que não se modificaram com o tempo e que ainda hoje se podem ouvir no sul dos Estados Unidos. Nas fazendas, conforme explica Alan Lomax, "os negros, agrupados em equipes para um trabalho que podia ser executado segundo um ritmo regular, cantam cantigas simples, bastante ritmadas, cada enxada, picareta, martelo ou pá procurando bater simultaneamente. Ao contrário, quando colhiam o algodão, onde realizam um trabalho não adaptável a uma pausa regular, seus cantos se elevavam livremente, limitados somente pelo ritmo da respiração".

Um desses cantos de trabalho mais conhecidos é *Take This Ole Hammer*. Como em muitos outros não se ouve invocar o capitão. A única tradução possível para esta palavra é *capataz*, mas é preciso compreendê-la como querendo dizer também e principalmente o representante branco de um patrão igualmente branco, ou às vezes este próprio patrão.

"Toma este martelo / E leva-o ao capataz / Diz-lhe que vou embora."  
Se perguntar / Se eu corria / Responderás que eu voava.  
Não quero mais / Pão de milho, nem melado / Isso fere minha dignidade.  
Se perguntar / Se eu chorava ou se eu ria / Responderás que eu chorava."

Quando mais esses cantos de trabalho são menos conhecidos, tendo deliberadamente sido postos de lado pelas companhias gravadoras e os vendedores de discos, mais os *negro spirituals* foram difundidos. De beleza igual, a resignação religiosa de inúmeros *spirituals* adulava o paternalismo branco que se inquietava, ao contrário, com o caráter voluntariamente "sedicioso" de alguns cantos de trabalho.

Mas os negros da América não cantavam apenas nos locais de trabalho e quando dos ofícios religiosos? Não, certamente. Cantavam muitas vezes sozinho e, frequentemente, outros iam escutar aquele que cantava sozinho. Durante muito tempo, se um branco se aproximava, esse canto parava. Por um longo período os brancos ignoraram esse canto novo; esse canto que não servia nem para o trabalho nem para a doutrinação religiosa; esse canto cujo sentido lhes fugia em parte, pois se tratava, na maioria das vezes, de assunto de um estranho sentimento, próprio aos negros, aparentemente, somente experimentado por eles. Esse canto e esse sentimento tinham o mesmo nome: o blues.

Literalmente, blues, formado do adjetivo blue (azul) teria o sentido de melancólico, e expressões como *to be blue* ou *feeling blue* poderiam ser traduzidas como *entregar-se a idéias tristes*, mas é preciso desconfiar desse tipo de tradução em que a letra trai o espírito. Vejamos a definição proposta por Hughes Panassié: "O blues é um lamento, um grito de revolta que foi arrancado da alma negra, primeiro pela escravidão, depois pela opressão que continuou a pesar sobre a raça negra depois da abolição da escravidão. É uma música pungente, mas não queixosa ao excesso (...). Quando um negro canta o blues não é para se enternecer, para insistir em seu sofrimento e suas desditas, é para se libertar."

Ouçamos principalmente o que os próprios blues dizem do blues...  
Para Pink Anderson (*Every Day of the Week*), o blues é poderoso:

"O blues apanhou o diabo de surpresa, fê-lo / (correr uma milha inteira / E então o diabo se sentou e pôs-se a chorar / (como um recém-nascido..."

Para as Yas Yas Girl (*Blues Expressions*), ele é onipresente:

"O blues está na minha caixa de cartas porque / (eu o correi não vem para mim. / Digo que o blues está na minha cesta de pão, porque meu pão está todo duro."

Bessie Jackson (*Man Stealer Blues*) tem-lhe muito medo e lhe suplica:

"Oh blues! Oh blues! Será que tu não vês? / Tu me esgotas, blues, tu procuras me matar..."

Contra este blues, Sara Martin (*Strange Iovin' Blues*) quer que aquele a quem ama a proteja:

"Preciso de um homem a quem possa contar / (meus tédios / Que saiba me amar e me proteger do blues..."

Ao contrário, Otis Harris (*Waking Blues*) não hesita em apelar para ele:

"Mister Blues, Mister Blues, vim falar com / (você. / Mister Blues, não tenho feito nada, queria / (que você me arranjasse trabalho..."

Bessie Smith (*Jailhouse Blues*) interpela-o familiarmente:

"Bom-dia blues, como vai você, blues? / Digo, estou exatamente aqui porque tenho / (duas palavras para te dizer..."

Todavia, parece que o blues mais difundido, senão o mais significativo, é do gênero daquele de que se queixa Leroy Carr (*Blues before Sunrise*):

"Eu tinha o blues antes do amanhecer com / (lágrimas me enchendo os olhos / E um sentimento tão triste, um sentimento / (que eu desprezo. / Dir-se-ia que todo o mundo, todo o mundo / (está contra mim..."

O blues, sendo simultaneamente conteúdo e forma, o assunto do canto e o próprio canto, encontramos em seu interior tudo aquilo que para o cantor norte-americano e para seu público é uma causa de blues: tudo aquilo que na vida cotidiana pode levar esses homens e essas mulheres a dizerem "I am blue" e, mesmo mais precisamente, "I have the blues".

Como, sob todas as latitudes, quando seres humanos cantam percebe-se, certamente, no primeiro plano dessas preocupações o amor e sua prudência, o amor e sua loucura, a dor amorosa, a alegria amorosa. "Os blues assim consagrados à expressão e à exaltação do sentimento amoroso são, ao mesmo tempo, os mais conhecidos e os menos originais. Sem dúvida, dentre eles há os que são soberbos, mas, ao leitor, que os deseja conhecer, são facilmente acessíveis graças às gravações da grande Bessie Smith a "Imperatriz do blues" e inúmeras outras cantoras entre as quais é preciso mencionar Billie Holiday a pungente "Lady Day".

Dito isso, o aspecto mais original do blues além de meio de expressão autêntica dos negros americanos, é, por isso mesmo, para nós, um formidável meio de conhecimento desse povo que a espollação capitalista e a segregação racial submetem a uma opressão e a humilhações que ninguém pode negar. O "negro" que sofre duplamente pela sua situação racial e pela sua condição proletária e muitas vezes mesmo subproletária, eis um dos temas principais do blues.

"Eu e minha mulher percorremos a cidade / (inteira. / Em todos os lugares onde andamos, as pessoas nos expulsaram. / Os brancos de Washington sabem como / (fazer isso / Jogam uma moeda diante de um negro / (somente para vê-lo abaixarem-se..."

Assim canta Huddie Ledbetter, chamada Ledbetter, em *Bourgeois Blues*, enquanto que em *Black, Brown and White*, Big Bill Broonzy escreve:

"Eu e um branco trabalhamos juntos. / Ela aqui e que isso quer dizer? / Pagavam-lhe um dólar por hora / E a mim pagavam a metade."

O racismo, os meio-salários — a miséria brutal disso resultante — Pete Wheatstraw conhece-as bem, e as evoca em *Working on the Project*:

"Trabalho na obra, mas minhas roupas / (estão todas rotas. / Faço tudo que posso para ganhar dinheiro / (para que o guarda não venha me prender. / Trabalho na obra, faço o que posso para / (luminar as duas pontas

Mas o dia do pagamento está longe e o dono do armazém não vai mais me dar tudo." Essa miséria, nas terríveis condições em que ainda vive a maioria dos negros, pode ser de um dia para o outro cruelmente multiplicada por não importa qual catástrofe. Ora é a seca descrita por Josh Whittle em *Hard Times Blues*:

"Os tempos eram difíceis, Senhor, por todos / (os arredores. / As reservas estavam esgotadas, as colheitas / (tinham secado nos pés. / As crianças emagrecidas com grandes barrigas inchadas... / Jamais vira tempos tão duros / (Então fui procurar o chefe do armazém / — O povo morre de fome, não feche a porta. / (Por favor, / Queremos mais comida e mais tempo para / (pagar... / O cheferiu e foi-se embora!"

Ora as inundações, cuja imagem permanece gravada no *Saint-Louis Cyclone Blues* de Elzadie Robinson:

"O vento uivava, as casas começaram a / (desabar / Eu vi aquele velho sagrado tornado chegar / (como uma bala de canhão. / O mundo estava negro como a noite, jamais / (ouvi tal algarazara. / Era como se se tivesse deixado um milhão / (de leões uivando todos juntos."

Enfim, é às vezes a guerra, a dor da partição para a guerra que Walter Davis disse tão bem em *I hate to say Goodbye*:

"Eu estava lá no casil, com os olhos cheios / (de lágrimas. / Senhor, meu coração batia tanto, detesto / (dizer adeus. / A nossa volta, todos estavam de uniforme / (láqui / Senhor, ouvi o apito do trem e eu sabia que / (logo estaríamos partindo."

Porque nos Estados sulistas a segregação é mais virulenta do que nos Estados do Norte, o jovem negro pensa muitas vezes que, saindo do Sul, melhora sua situação, e como o diz Peetie Wheatstraw em *C. and A. Blues*:

"Quando uma mulher tem blues, ela baixa / (a cabeça e chora, / Quando um homem tem blues ele pula para / (o trem de carga e roda..."

Ele roda rumo ao Norte, rumo a essa miragem do Norte com que sonha Cow Cow Davenport em *Jim Crow Blues*:

"Você para o Norte onde dizem que o dinheiro / (trô das árvores..."

Mas o Norte é sempre os Estados Unidos, e lá um negro é sempre um negro, então ele canta como Jack Teagarden em *Nakin's Friends*:

"Prefiro beber água suja, Senhor. / Dormir num tronco de árvore seco / Do que me ver lá, em Nova Iorque. / Tratado como um cão leproso."

Nova miséria, novo sonho; é com o Sul que ele agora sonha com a voz de Kokomo Arnold em *Red Beans and Rice*:

"Aqui em Chicago, é como se estivesse no / (inferno. / Também, isso acabou, e a caminho da estação / (não peço conselho a ninguém. / Saltarei na Geórgia para reencontrar meu / (feijão vermelho e meu arroz..."

No entanto, entre o Sul da lenda imaginária pela nostalgia de Willie Jackson que tem o *Old New Orleans Blues*:

"Você já foi ao Sul, a essa querida Nova / (Orleães? / É uma cidade antiga — lá há coisas como / (você jamais viu. / A Rua Canal é calçada de diamantes, a / (Rua São Carlos é calçada de ouro..."

Sim, entre esse *deep South* sonhado e a atroz realidade criada por Billie Holiday em *Strange Fruit*, que abismo!

"As árvores do Sul / (Dão frutos estranhos / Sangue em suas folhas / Sangue na raiz / Corpos nus ali balançam / Na brisa do Sul..."

Em face da miséria, da humilhação, dos sonhos traídos, em face desses "estranhos frutos" que, sob a lei de Lynch, dão nos jardins dos carrascos, não pode a revolta deixar de brotar um dia. Uma revolta, quem sabe, quase sempre anárquica, cega, irrefletida, pois fazem tanta falta os Paul Robensons, que, no plano político acima das diferenças na maneira de cantar e no caminho artístico escolhido, saberiam lhe dar um sentido.

Revolta que se prepara, como em *The Good Land's Children* de Peetie Wheatstraw:

"Dizem que somos os filhos do Senhor, não / (digo que isso não seja verdade. / Mas se somos todos iguais, então, por que / (me tratam assim?"

Revolta que estoura como em *Mad Mamma's Blues* de Violet Mills:

"Dêem-me pólvora, dêem-me dinamite / (Vou fazer explodir essa cidade, vou fazê-la / (explodir esta noite!"

Revolta da vítima que não pode mais e que canta com Furry Lewis em seu *Furry's Blues*:

"Creio que vou comprar um cemitério / (prá mim, / E vou matar todos os que me maltrataram..."

Revolta de quem tem fome de justiça e que anima a angustiante esperança — do blues...

Tenho ouvido de muita gente — a mais diversa — frases assim: — parece mentira; — parece um pesadelo, frases que acompanham olhos espantados com essa mortandade de mendigos, o último dos crimes do governo desta cidade. Um governo que vem de público declarar que não sabia de nada, que não tem a menor culpa do que está acontecendo e isto porque... os assassinos são funcionários da polícia de antes do seu governo, como se no seu governo não houvesse tantos assassinos na polícia.

Não se passa um dia que não venham os jornais falando em desaparecidos, em pavores ocorridos nas prisões, em sevícias as quais ignominiosas aplicadas nos presos. As revoltas destes últimos se têm sucedido; os retratos publicados pelos jornais, de cubículos de várias prisões, são estarrecedores, mas nada acontece para, pelo menos, minorar a situação desses desgraçados. É verdade que sempre surgem comissões de inquéritos, que deputam-se a fazer presenças verificadas com os olhos que a terra fria há de comer, a maneira pavorosa, monstruosa como são tratados os prisioneiros, mas tudo fica em coisa alguma.

Agora estoura o escândalo do assassinio dos mendigos sem que alguém lembre que o "pai de arara", os espancamentos no Alto da Tijuca, a Internada de Olaria, o depósito de presos da rua da Relação tudo isso seja local de mortandade e de crimes. Mineiros e de outro todo branco diante de Borer. Alias, houvesse nos governantes o sentido de bem servir ao povo Juniors seria permitido que Borer, um dos maiores sádicos que o Brasil possui (esse título é o merecido) deixasse a polícia de que deixou, no seu rastro desde o começo de sua "carreira" muito sangue e muitas mortes. CL tem voltar Borer, não pode governar sem ele já que, como um Dracula de muito sangue e muitas mortes que gostem de beber sangue e transformar homens vivos em cadáveres. Borer voltou, houve uns chechos protestos mas tudo ficou na mesma. Quem quer ver como fica e estão vendo agora, mendigos que em muitos casos não têm culpa de terem desido tanto, serem mortos, para não enfiar a cidade. Vocês sabem, os turistas estrangeiros têm horror a mendigos.

Creio que devemos dar um crédito de confiança à nova Assembleia Legislativa da Guanabara que se declara disposta a realizar uma "devassa definitiva" (segundo jornais) nestes casos de prisões e prisioneiros. Mas isto só será possível se for liquidado o nazismo na Guanabara. Sim, porque o assassinio de mendigos é café pequeno (tremendamente doloroso) diante da série enorme de crimes organizados pela "BS" do governador.

A Cidade Maravilhosa vive dias trágicos com o Hitler nacional; estão matando mendigos, bradam todos, e todos declaram que parece mentira ou parece um pesadelo. Estou de acordo com "Última Hora"; esmagar o nazismo na Guanabara é a esta altura um dever não apenas dos cariocas, mas de todos os brasileiros.

### LIVROS SOVIÉTICOS

NOVIDADES EM ESPANHOL

A COOPERAÇÃO ECONÔMICA DA URSS COM OS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS de V. Rimolov ..... 190	IMPERIALISMO FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO de Lenin ..... 130
OS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE MOSCÚ de M. Mikrukov ..... 220	CARLOS MARX — REBOCO BIOGRÁFICO de E. Stepanova ..... 180
A IDEOLOGIA E A CULTURA SOCIALISTAS de Lenin 100	A ESCOLA SOVIÉTICA E O AMOR AO TRABALHO de S. Sujominski ..... 300
PROBLEMAS DA EDIFICAÇÃO DO SOCIALISMO E DO COMUNISMO NA URSS de Lenin ..... 100	PLANIFICAÇÃO ECONÔMICA NA URSS NA ETAPA ATUAL de I. Evenko ..... 280
A DEMOCRACIA SOCIALISTA SOVIÉTICA de Lenin ..... 200	HISTÓRIA DA URSS — Da antiguidade aos dias atuais. Ensaio de Briusov e outros. Ilust. Enc. ..... 1.200
A URSS DE HOJE E DE AMANHÃ. Três os ramos da economia. Ilust. Enc. ..... 500	A LUTA DOS POVOS DAS COLÔNIAS E PAÍSES DEPENDENTES CONTRA O IMPERIALISMO de Lenin ..... 400
PANORAMA DA URSS Ensaio de Geografia Física e Econômica. Enc. ..... 500	A UNIÃO SOVIÉTICA Geografia da URSS. Ilust. Enc. 500
TRABALHO ASSALARIADO E CAPITAL de Marx ..... 80	SALÁRIO, PREÇO E LUCRO de Marx ..... 70

AGENCIA INTERCAMBIO CULTURAL  
Jurandir Guimarães  
Rua 15 de Novembro, 228 — 2º and — sala 209  
São Paulo  
Atendemos pelo Reembolso Postal. Os pedidos superiores a Cr\$ 500,00 não pagam taxas postais.

### Tópicos Típicos

Pedro Severino

Domingo passado, tive uma conversa com um amigo meu que é psiquiatra amador e conhece o governador Carlos Lacerda há muitos anos. Perguntei-lhe como achava que Lacerda estaria sentindo o morticínio do Rio da Guarda. Ele me respondeu:

— Lacerda lamenta o caso por causa da repercussão negativa junto à opinião pública. Mas, no íntimo, está simpatizando com o vandalismo do "Tranca Rua".

— Por quê? Indaguei.

— Ele explicou.

— Porque Lacerda odeia a humilhação. Desde rapaziado, seus sentimentos de solidariedade humana foram sacrificados por uma imensa frustração. Como você sabe, Lacerda foi um garoto inseguro, profundamente marcado pelo desencantamento que lhe veio daí e daí.

— Lá vem você com a sua psicanaude de bóis! Interrompi.

— Fique quieto e ouça, retrucou-me. Sentindo-se inseguro, Lacerda reagiu de modo agressivo: esfregou-se por se tornar o campeão de alguma coisa a fim de através da primazia, afirmar a sua personalidade e vencer a insegurança.

— E conseguiu?

— Nada! Sua vida tem sido uma sucessão de fracassos. No plano intelectual, por exemplo, lançou um poema e quase conseguiu ser o pior poeta do Brasil "O Poetastro de cada dia nos dá hoje/ Ah, imundície!" mas o título foi pertencendo ao Antônio Olinto. Tentou ser jornalista e quase conseguiu tornar-se o pior jornalista do Brasil, mas acabou para o Fernando Levisky. Tentou escrever um livro de teatro "O Rio" que quase veio a ser a maior obra da história do nosso teatro, mas se a "Zefa entre os homens" do Pongetti venceu por cabeça.

— E no plano político?

— No plano político, a frustração ainda é maior. Lacerda quis ver se acabava sendo o campeão do anti-fascismo porém, foi fragorosamente batido pelo bispo Cereja Froenck e acabou reconhecendo o ato pelo Gustavo Corção. Quis ver se se tornava o maior traidor nascido nesta Terra (membres a reportagem feita por ele para o "Observador" do Valentim Bouças, em 1935), mas o lugar já era do Joaquim Silveiro dos Reis, aquele da Inconfidência.

— E finalmente?

— Fisicamente, a frustração atinge às raízes do grotesco. A calvície do Lacerda tem causado, mas é o que sabe que está se tornando, o nome de Gustavo Capanema. Seu ventre com o do Amarral Foxoto. Uma única esperança lhe restava: era a de ganhar em matéria de largura das cadeiras. Lacerda é um boçal largo de quadris, de fato. Mas já percebeu que jamais conseguirá sustentar, neste ponto, o Juacy Magalhães. É um frustrado completo, completo.

# Santos: Proletariado Parou em Defesa da Democracia e do Voto Popular

Coerente com a sua posição de luta intransigente em defesa das liberdades e da democracia, a classe operária de Santos realizou, no último dia 25, nova demonstração de unidade e combati-vidade, ao defender, com a poderosa arma da greve política, o direito de mais de 200 mil eleitores, esbulhados pela Justiça Eleitoral, que cassou o registro de deputados operários e sargentos eleitos. Os cálculos do Fórum Sindical de Debates, baseados nas informações dos diferentes sindicatos (54 no todo), que o compõem, dão como tendo aderido à paralisação de protesto e apelo cerca de 70% dos trabalhadores da Baixada Santista. O movimento verificou-se das 10 às 11 horas, por ser esse o momento em que o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo diplomava os suplentes que assumiriam o lugar dos que, embora eleitos, tiveram violados os seus direitos constitucionais, juntamente com os outros vitoriosos de 7 de outubro.

Participaram da greve de protesto contra a decisão da Justiça Eleitoral e de apelo ao Supremo Tribunal Federal cerca de 30.000 operários. O porto foi inteiramente paralisado cruzaram os braços os estivadores, conferentes, consertadores, descartadores de frutas, vigias, operários e empregados da Cia. Docas de Santos; da indústria, entraram em greve as usinas de açúcar (principalmente Açúcar Perola, que é a maior), os moinhos de trigo, algumas incorporadoras da construção civil, os setores de administração e manutenção e transporte da Refinaria "Presidente Bernardes" (Petrobras), as oficinas da Frota Nacional de Petróleo (Fronape), duas petroquímicas de Cubatão e a Cia. Siderúrgica Paulista (COSIPA), onde só continuaram funcionando os setores essenciais à segurança da empresa. No mar, pararam as suas atividades todos os navios que se encontravam fundeados no porto ou no estuário santista.

**A PREPARAÇÃO**  
Desde há muito vinha se falando em greve pelos deputados operários e sargentos. Todavia, enquanto se discutia com os trabalhadores o problema, aguardava-se a decisão da Justiça Eleitoral. Conhecidos, porém, os resultados, ninguém poderia conter a indignação

do proletariado, particularmente no caso, donde tinham saído dois dos eleitos: Osvaldo Lourenço (para a Assembleia Legislativa do Estado) e Geraldo Rodrigues dos Santos (para a Câmara dos Deputados Federais). Esse estado de ânimo, porém, não poderia ser desperdiçado; por isso, os líderes operários consideraram melhor aguarar um momento significativo. E este surgiu, quando se programou para o dia 25 a diplomação dos eleitos, cerimônia a que não estariam presentes os representantes dos trabalhadores e dos sargentos.

No dia 23, no Sindicato dos Operários Portuários, reuniram-se, conjuntamente, o Fórum Sindical de Debates e a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos (USOMS), entidade que congrega os órgãos de classe dos operários de beira-mar. Centenas de trabalhadores participaram da sessão, decidindo-se, na oportunidade, lançar um manifesto sobre a defesa dos mandatos, o problema da carestia e da constituição do novo governo; na ocasião, programou-se a greve, cujos pormenores foram mantidos em sigilo, para impedir qualquer movimento da reação.

Já no dia 24, nos locais de trabalho, discutiu-se o manifesto do FSD e da USOMS, onde se lia: "Trabalhadores, "Outra ameaça pesa neste momento sobre nós. A reação conseguiu, através da Justiça Eleitoral, anular mais de 200 mil votos dados a trabalhadores e a sargentos. Não querem que dirigentes sindicais e operários autênticos, inclusive dois portuários de Santos, participem dos legislativos, porque sabem que eles se constituirão numa pedra dentro do sapato dos inimigos do povo brasileiro. Por isso, usm dessas manobras. Depois, querem convencer-nos de que existe democracia no Brasil.

"O FORUM SINDICAL DE DEBATES e a USOMS consideram que os trabalhadores não podem ficar impassíveis diante do esbulho dos seus direitos políticos. Se não reagirmos agora, no futuro não querer tirar-nos o direito de associação profissional, o direito de greve e muitos outros já conquistados. Por isso, é preciso que lancemos um apelo de esperança ao Supremo Tribunal Federal, para que

revoque as injustiças até agora cometidas. "Amanhã, serão diplomados os deputados estaduais e federais eleitos em São Paulo. No lugar dos dirigentes sindicais e dos sargentos serão diplomados outros cidadãos — um deles até com processo de que val livrar-se graças às imunidades que adquiriu. Não podemos assistir a isso inertes. Por isso, o FORUM SINDICAL DE DEBATES e a USOMS proclamam os trabalhadores de Santos e da Baixada Santista a paralisarem as suas atividades amanhã, dia 25, das 10 às 11 horas, como protesto por não estarem, nesse momento, sendo diplomados os deputados operários e sargentos."



Avante essas questões, levantava-se o problema da luta contra a carestia, particularmente agora, quando o governo "tomou uma medida inspirada pelo Fundo Monetário Internacional, que na verdade mais veio aumentar o sacrifício do povo. A elevação dos preços dos derivados de petróleo já começa a influir em todas as mercadorias, tornando brutal o aumento do custo de vida; as medidas tomadas quanto à importação de trigo determinaram que o pão passasse a 200 cruzeiros; e agora se libera o preço da carne, que sobe vertiginosamente." Assim, a luta pelo voto popular já ligada à luta pelos interesses imediatos dos trabalhadores e ao protesto contra a política governamental.

**MANIFESTOS E CIRCULARES**  
Ainda no dia 24, terminavam de distribuir-se manifestos assinados pelos deputados Osvaldo Lourenço e Geraldo R. dos Santos, no qual se informava a opinião pública sobre a situação dos seus mandatos e pedia-se ao povo que defendesse a democracia ameaçada. Também volantes, contendo diversas perguntas aos cidadãos sobre a existência da democracia no Brasil, a representatividade do voto popular, a necessidade de operários nas casas legislativas, eram distribuídos aos milhares, mostrando claramente, através de interrogações, como se realizava o esbulho dos direitos das massas.

Os sindicatos, por seu turno, preparavam a paralisação: no porto, milhares de manifestos, confeccionados pelo Sindicato dos Empregados na Administração da Cia. Docas, corriam as mãos dos trabalhadores, chamando-os à luta. Na Refinaria Presidente Bernardes, lia-se e comentava-se a circular do Sindicato dos Trabalhadores em Petróleo sobre a greve.

Os diretores dos principais órgãos de classe, nesse dia, quase não saíram dos locais de trabalho, preparando a grande manifestação do dia 25.

heras da manhã, nos seis quilômetros de calas santistas, do armazém 1 ao 31, havia uma atividade diferente: os operários não descarregavam navios, nem enchiam galeras e caminhões; pelo contrário, discutiam a situação do país, a carestia e as profundas injustiças cometidas contra o trabalho dos operários, particularmente no episódio da cassação dos mandatos. Todos prometiam novas paralisações, no caso de não irem para as casas legislativas os operários e os sargentos.

E essa efervescência política verificava-se em todos os lugares onde a greve era uma bellissima realidade: os operários pararam, mas não ficaram dos locais de trabalho; em consequência, a discussão política lavrava-se em todos os cantos, a defesa da democracia era o tema do debate em cada grupo, comícios-relâmpagos eram improvisados. A classe operária defendia os seus direitos, as suas vitórias, mostrava-se disposta a enfrentar e a esmagar os seus inimigos!

O "tira" ameaçou o com voz de prisão. Nesse momento, passou um outro estivador, que começou um comício contra a polícia. Cerca de 500 trabalhadores, que estavam esperando serviço, ali perto, ouvindo o que se dizia, aproximaram-se: cercaram o carro da polícia e ameaçaram bater no "tira", que se retirou apressadamente. Então, todos os operários pegaram os volantes e eles próprios passaram a distribuí-los, enquanto o carro da polícia desaparecia, fazendo uma curva a velocidade inusitada...

Capitão, o navio vai parar das 10 às 11 horas. — Por quê? — ordem do Comando Geral da Marinha? — perguntou o oficial. — Não, disseram os dirigentes sindicais. É ordem do Comando dos Trabalhadores e do Fórum Sindical de Debates. — E quem é esse Comando? — O comando somos nós e os outros operários da Baixada Santista. — E qual o fundamento dessa paralisação? Já se pode fazer isso? — Capitão, o sr. não leu os jornais de hoje? — Não, sr. não preciso ler os jornais. — Então, leia-os pe'o menos hoje, porque o navio para das 10 às 11. — E, efetivamente, marinheiros, foguistas e talfeiros paralisaram aquele e os outros navios que se encontravam no porto de Santos.

**ATO PÚBLICO DOS SARGENTOS**  
No domingo, dia 27, os sargentos realizaram um ato público, no Clube das Missas. Para caracterizar a festa democrática, uma faixa continha o seguinte dístico: "De fuil ao lado do povo". A ela compareceram os líderes sindicais Geraldo Lourenço, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Petróleo; Orlando Spósito, presidente do Sindicato dos Gráficos; Valdemir Neves Guerra, presidente do Sindicato dos Empregados Portuários; Henrique Martins Santos, secretário do Sindicato dos Operários Portuários; Sérgio Martins, representante do secretário do Fórum Sindical de Debates, sr. Alberto Pires Barbosa; uma comissão da assembleia do Sindicato dos Metalúrgicos, que se realizava naquele dia; e o líder Osvaldo Lourenço, deputado estadual eleito.

Na ocasião, todos reafirmaram os seus propósitos de defender a democracia, exigindo a posse dos eleitos. Os sargentos mostraram principalmente, que era o seu país do povo, porque os seus pais eram camponeses, seus irmãos operários e, por isso, tinham de participar das lutas da nação brasileira pelo seu progresso. E os líderes sindicais deixaram patente que os trabalhadores, que haviam feito greve dia 25, perseguiriam defendendo os mandatos dos seus deputados e dos sargentos. A unidade do povo com o Exército consolidava-se na luta comum pela democracia.

União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará, da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará, da Federação dos Lavradores de Goiás, da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo, da Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais, da Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro, da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo, da Federação dos Lavradores de Itauçu (Goiás), da Associação dos Lavradores de Brasília, da Associação dos Lavradores de Aquidauana (Mato Grosso) e das Associações de Lavradores de Nova Esperança e de Andará (ambas do Paraná).

## OPINIÃO DO LEITOR

### IANQUES LEVAM A AREIA MONAZITICA

Josias Sales, piaulense radicado em Brasília, denuncia o saque da areia monazítica de seu Estado, praticado por militares e civis norte-americanos que há já alguns anos transitam por ali clandestinamente, acampando temporariamente em diversos municípios. "Agora estão acantonados em duas bases, próximas das cidades de Campo Maior e Pedro II" — revela Josias. Informa ainda o nosso leitor que os lanques utilizam-se de diversos e pesados caminhões e de helicópteros e pequenos aviões da Força Aérea dos Estados Unidos, para o transporte do material estratégico a nos roubado. "Sempre que interpelados sobre os motivos de sua indezível presença em terras do interior piaulense os gringos inventam a esfarrapada desculpa de que estão fazendo um levantamento geodesico, sob a orientação da ONU" — aduz Josias, assegurando ser de revolta o estado de espírito da população de seu Estado diante da permanência ali dos intrusos. "O governo federal deve tomar imediatas providências contra esta violação da nossa soberania e este assalto às nossas riquezas", conclui Josias Sales.

### EM DEFESA DOS MANDATOS

Manuel Rodrigues da Silva, de Manaus, Amazonas, manda-nos a cópia de um abaixo-assinado firmado por centenas de trabalhadores da construção civil da capital baré e dirigido ao presidente do Supremo Tribunal Federal, protestando contra a decisão do Tribunal Superior Eleitoral que cassou os mandatos de vários deputados eleitos pelos trabalhadores e pelos sargentos no pleito de 7 de outubro. Está assim formulado o protesto dos operários amazonenses:

"Os abaixo-assinados, associados do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil de Manaus, tomando conhecimento de que o Tribunal Superior Eleitoral cassou os mandatos de vários deputados eleitos a 7 de outubro do ano pretérito, vêm com o devido respeito, amparados nas liberdades democráticas asseguradas pela Carta Magna do País, protestar contra essa medida, por considerá-la atentatória à vontade popular expressa nas urnas, o que representa a violação dos mais elementares princípios da democracia. Ao fazê-lo, os signatários afirmam a sua confiança em que esse colendo Tribunal confirmará a escolha do povo nos candidatos de sua preferência, devolvendo aos eleitos os mandatos que a população lhes confiou"

### SÓBRE A FALTA DE MÉDICOS

Principais tópicos da carta de Euclides Nicolau da Costa, de Natal, Rio Grande do Norte:

"Nenhuma pessoa de bom senso pode deixar de reconhecer a falta de médicos em nosso País. No Rio Grande do Norte, quer na capital, quer no interior, o problema da assistência médico-hospitalar é muito sério. Basta dizer que a maior parte da população não dispõe de dinheiro para dirigir-se ao consultório de um médico, a fim de obter uma simples receita. Se recorreremos ao pediatra, ao fisiólogo, ao cardiologista etc., encontraremos, sempre, dificuldades.

"Diante do exposto a gente vê quanto grande é a deficiência neste país no tocante ao número de médicos especializados capazes de atender às classes menos favorecidas. Ao meu ver a medicina brasileira precisa ser colocada, urgentemente, a serviço de todos, e não apenas a serviço de meia-dúzia de privilegiados."

### PRECISA MUDAR

Para Caboclinho Farias, de Fortaleza, Ceará, o sr. João Goulart está decepcionando milhões de brasileiros que votaram no plebiscito de 8 de janeiro. O presidente, segundo o nosso leitor, além de ter escolhido "um ministério de segundo time", vem sendo "simplesmente desastroso na tomada das primeiras providências de seu governo". Diz Caboclinho Farias que "o presidente preferiu fazer concessões aos inimigos da população a governar com o povo que lhe deu todos os poderes". E mostra a que realidade conduziu tal orientação: "o custo de vida anda a alturas inimagináveis pelos trabalhadores; sob o preço de tudo, dos transportes coletivos ao cafézinho, não sendo mais força de expressão dizer-se que consideráveis parcelas do povo passam fome e andam seminus".

### NOVOS JORNALISTAS

Os formandos de 1962 do curso de jornalismo da Associação Guanabara de Imprensa convidam-nos para as solenidades de sua formatura, dia 5 do corrente, às 20 horas, no auditório do Ministério da Educação e Cultura. São trinta e seis os novos profissionais de imprensa componentes da turma, cujo paranimfo é o professor Francisco Mangabeira, presidente da Petrobras.

### "O AREIAL"

Com grande satisfação recebemos um exemplar do número 8 do jornalzinho mimeografado "O Areial" de Salvador, Bahia. A publicação circula há cinco meses e é uma iniciativa dos jovens residentes na rua Oscar Freire, do bairro do Areial de Baixo, na capital baiana. Os objetivos do jornal incluem o despertar dos moradores do Areial de Baixo para a luta por soluções para os problemas do bairro e o debate sobre questões da realidade brasileira. O periódico tem como redator-chefe o jovem Luiz Café, e como secretário o estudante Wilton Coelho.

### Congresso da ULTAB aprova

# Luta Pela Reforma Agrária e Sindicalização Rural

Num momento em que se torna cada vez mais necessário cerrar as fileiras em torno das reivindicações do homem do campo, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), reunida em Assembleia Geral, em São Paulo, no dia 21 de janeiro, com a presença de entidades de todos os pontos do país, dirigiu aos trabalhadores do campo brasileiro um plano de ação que encaminha a solução do problema da reforma agrária, da sindicalização rural, da organização e propagação do movimento e solidariedade em relação aos demais setores.

**PLANO DE AÇÃO DA ULTAB PARA 1963 REFORMA AGRÁRIA**  
1 — Lutar pela aplicação das resoluções do I Congresso Nacional de Lavra-

dores e Trabalhadores Agrícolas:  
a) Impressão de um folheto com a Declaração sobre a Reforma Agrária para distribuição entre os camponeses;  
b) Realizar comícios, palestras, conferências, debates esclarecendo na cidade e no campo, os trabalhadores sobre a Reforma Agrária pela qual lutamos;  
c) Desmascarar os projetos e as leis de Reforma Agrária já existentes ou que venham a ser apresentados, opondo a eles um projeto de Reforma Agrária radical.

2 — Contribuir sob todas as formas para a criação de um movimento, em favor da Reforma Agrária, no país, mobilizando os trabalhadores do campo, operários, estudantes e demais forças patrióticas e progressistas de outras camadas da população.  
3 — Como forma de agrupar forças na luta pela reforma agrária radical, devemos intensificar a luta pelas reivindicações imediatas e específicas dos trabalhadores agrícolas, inclusive a Reforma Agrária e demais reivindicações no Congresso e as do nosso programa mínimo.

**SINDICALIZAÇÃO RURAL**  
4 — Ajudar por todos os meios possível a sindicalização rural e especialmente fornecendo as instruções e a documentação necessárias às nossas entidades e ajudando na organização do processo de reconhecimento e na obtenção da Carta Sindical.  
5 — Garantir a participação de expressiva delegação de camponeses e de assalariados agrícolas no

Congresso Sindical Nacional a realizar-se no decorrer deste ano.

**ORGANIZAÇÃO**  
6 — Continuar a luta pelo fortalecimento das organizações e pela criação de novas nos Estados e lugares de concentração de trabalhadores:  
a) Incentivando as organizações no sentido da instalação das suas sedes;  
b) ajudando as organizações a se registrem;

**BH: Motoristas querem aumento**

Belo Horizonte, Minas Gerais (Da sucursal) — O Sindicato dos Motoristas Profissionais de Belo Horizonte deverá encaminhar novo pedido de aumento aos empregadores esta semana. Os motoristas estão reivindicando um aumento de 60% sobre os atuais vencimentos e estão pensando também iniciar uma campanha contra a exploração de que são vítimas por parte dos patrões.  
Os concessionários, além de não cumprirem a lei que obriga o fornecimento de uniformes a seus empregados, descontam em seus vencimentos as multas sofridas pelos motoristas quando autuados pelo Departamento Estadual de Trânsito por trabalhar sem o uniforme exigido. Além disso, os motoristas estão sujeitos frequentemente a um trabalho duríssimo por mais de oito horas, sem receber um pagamento compensador pelo extra que fazem.

c) contribuir para a formação de quadros, fazendo palestras ou fornecendo o material para tal fim;  
d) fornecendo uma apostila contendo orientação sobre a maneira de fundar e registrar associação, edital de convocação, livro de presença, de atas e de tesouraria etc.;  
e) Incentivar a campanha pelo aumento do quadro social das entidades à base de um plano de emulação.

**PROPAGANDA**  
7 — Elaborar um programa de divulgação das atividades da ULTAB e suas filiais que preencha as seguintes condições:  
a) Programa de conferências, palestras e reportagens sobre a ULTAB e suas filiais, explicando suas finalidades e o seu trabalho, a serem realizados entre os trabalhadores do campo, da cidade e demais camadas da população;  
b) fazer estudos no local e fora dele sobre as condições de vida e trabalho dos trabalhadores rurais, especialmente sobre o Norte e Nordeste para melhor poder orientar o trabalho das organizações e da ULTAB;  
c) Tirar o Boletim de Informações da ULTAB, com o objetivo principal de manter as organizações informadas sobre as atividades do movimento camponês no país;  
d) Aproveitar a imprensa que nos acolhe para publicar artigos, estudos e materiais de orientação, reportagens sobre nossa atividade etc.

**SOLIDARIEDADE E LIBERDADE**  
8 — Desenvolver a solidariedade entre os operários e camponeses, trocan-

### Metalúrgicos propõem socialização da MAFERSA

Belo Horizonte, Minas Gerais (Da sucursal) — O Sindicato dos Metalúrgicos do Capital, através de seu departamento técnico, preparou uma exposição de motivos, a ser encaminhada ao presidente da República, sugerindo a socialização da Mafersa SA, com a distribuição de cotas de propriedade a todos os operários da empresa. A proposição prevê ainda que a distribuição de cotas obedecera a hierarquia funcional, cabendo ao governo o domínio da maior parte das ações.  
O problema da Mafersa SA está até hoje sem solução por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, designado interventor junto à empresa falida. Enquanto isso, os 430 empregados da empresa, seção de Minas Gerais, continuam com seus vencimentos atrasados, vivendo à custa de empréstimos que lhes prestam os sindicatos e, ruan- do a situação se agrava, até a população da cidade.

pação das seguintes entidades:

União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará, da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará, da Federação dos Lavradores de Goiás, da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo, da Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais, da Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro, da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo, da Federação dos Lavradores de Itauçu (Goiás), da Associação dos Lavradores de Brasília, da Associação dos Lavradores de Aquidauana (Mato Grosso) e das Associações de Lavradores de Nova Esperança e de Andará (ambas do Paraná).



### O MAC NO NORTE DO PARANÁ

Mandaguari, Paraná (Do correspondente) — Também no norte do Paraná vem-se fazendo sentir a presença do desesperado terrorismo de direita inspirado pelos figuras do IBAD. Nesta cidade, no dia 16 de janeiro passado, um pelotão de milicianos do anticomunismo de indústria arrombou as portas e depredou totalmente as dependências do prédio onde estão instaladas as sedes das organizações de trabalhadores locais: o Sindicato Rural, a Associação dos Ensaecadores e Carregadores de Café, a Associação dos Empregados no Comércio

e a União Geral dos Trabalhadores. Os vândalos destruíram mesas e cadeiras, rasparam livros, bandeiras e flâmulas e incendiaram e eliminaram todos os documentos e arquivos que os quais conseguiram pôr as mãos. A "operação" é parte de um plano — feito no fracasso, já se vê — destinado a intimidar os trabalhadores cujo nível de organização e de combatividade na luta por suas reivindicações e direitos vem crescendo muito ultimamente. Na foto, uma das portas arrombadas.

# Trabalhadores: Greve Geral Para Acabar Com a Carestia e Conquistar Reformas de Base

Reunido em São Paulo nos dias 2 e 3, o Comando Geral dos Trabalhadores apreendeu a atual conjuntura político-social brasileira, chegando às conclusões que estão contidas no Manifesto à Nação que vai transcrito na íntegra, abaixo.

Da reunião em São Paulo participaram dezenas de dirigentes sindicais de todo o país, representantes da CNTI, de confederações e federações nacionais de trabalhadores.

O documento foi entregue pelos trabalhadores ao presidente João Goulart, em encontro realizado em Brasília na terça-feira última, durante o qual o presidente procurou justificar as medidas que vêm sendo adotadas pelo seu governo.

### O DOCUMENTO

E' o seguinte o texto do manifesto dos trabalhadores:

### A NAÇÃO, AOS TRABALHADORES E AO POVO COMPANHEIROS.

O COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES reuniu-se em São Paulo, durante os dias 2 e 3 de fevereiro, examinou a situação econômica, política e social do país e lançou a todos os trabalhadores este apelo à unidade e à luta. No momento em que nos reunimos, constatamos o agravamento de maneira jamais vista do custo de vida, atingindo duramente as massas que trabalham na cidade e no campo. Com a supressão dos subsídios ao trigo e aos combustíveis e outras medidas, generalizam-se as altas de preços e campela a especulação.

Os novos níveis de salário mínimo estabelecidos em dezembro para vigorar em janeiro, já insuficientes, perderam grande parte de seu valor em face da carestia desenfreada que pressenciamos e dentro de alguns meses estarão completamente anulados. Ao mesmo tempo os salários dos profissionais estão sendo nivelados ao mínimo.

Esta é a primeira consequência da aplicação do Plano Trienal, com o qual se pretende, mais uma vez, descarregar o peso da crise nas costas do povo. Os trabalhadores sempre lutaram pelo desenvolvimento econômico do país e por medidas de combate à inflação, mas não podem concordar com uma política financeira que impõe maiores sacrifícios às massas consumidoras e deixa intactos os lucros fabulosos do capital estrangeiro, as vultosas subvenções aos latifundiários e exportadores de café, as grandes rendas dos grupos econômicos poderosos.

São estes setores privilegiados os verdadeiros responsáveis pela inflação. Foram eles que obtiveram com a inflação lucros incalculáveis. Eles é que devem pagar agora o custo da política antiinflacionária, e não os trabalhadores, que sempre foram as grandes vítimas da inflação, que não podemos aceitar, portanto, nenhuma sugestão de trégua em nossa luta reivindicatória. Agora, mais do que nunca, precisamos defender o valor real de nosso salário, lutando

por novos reajustamentos, pela melhoria imediata de nossas condições de vida. A carestia de vida só pode ser efetivamente combatida através de reformas profundas na estrutura econômica do país que elimine as causas da inflação. Por isto os trabalhadores lutam contra a carestia exigindo não apenas aumento de salário, mas também a realização das reformas de base.

Estendemos nossa mão solidária aos companheiros funcionários públicos, civis, militares e autárquicos, que lutam por uma elevação dos vencimentos em proporção com a alta do custo de vida. O aumento de 40% em abril, fixado arbitrariamente no Plano Trienal, é um verdadeiro escárnio e pode constituir precedente ameaçador para as lutas salariais dos trabalhadores.

### Companheiros:

Do lado de todas as forças patrióticas e progressistas, os trabalhadores vêm exigindo mudanças profundas na vida do país. Sob a bandeira das reformas de base e da luta por um governo nacionalista e democrático, realizamos as greves gerais de 5 de julho e 14 de setembro do ano passado, que tiveram o apoio vigoroso de milhares de patriotas civis e militares contra as manobras reacionárias da maioria parlamentar. Sob esta bandeira fomos em massa às urnas, a 6 de janeiro, e dissemos NÃO ao Ato Adicional, contribuindo vigorosamente para derrotar as forças retrógradas, na esperança de que as causas do atraso, da miséria e do analfabetismo fossem enfrentadas, porquanto só assim será possível melhorar as condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral. Isto significa a defesa dos supremos interesses da Nação. É isto que os trabalhadores reclamam agora do Poder Legislativo e do Poder Executivo, sem delongas.

Entretanto o Ministério organizado pelo presidente João Goulart, não pode inspirar confiança aos trabalhadores e ao povo. Embora nele figurem personalidades dignas de respeito por sua atuação nacionalista e democrática, expressa ainda uma política de conciliação com as cúpulas partidárias ligadas a interesses antinacionais e antipopulares.

Com o resultado vitorioso do plebiscito, criaram-se condições mais favoráveis para novas conquistas no terreno do bem-estar do povo, do progresso e da emancipação do país. Mas, para que sejam efetuadas estas conquistas, para que se realizem as reformas profundas reclamadas pela Nação, é necessário novo governo com uma nova política voltada para os interesses nacionais e populares.

Reafirmamos, por isto a posição assumida no IV Encontro Sindical Nacional, realizado em São Paulo, em agosto do ano passado: somos pela realização imediata das reformas de base, pela constituição de um governo nacionalista e democrático, livre de homens comprometidos com os trusts e os grupos reacionários.

Com a revogação do Ato Adicional, o presidente da República dispõe agora de poderes constitucionais necessários para iniciar as reformas exigidas pela Nação, devendo enviar, imediatamente, mensagem ao Congresso Nacional, para tornar realidade as prometidas reformas de base, como a agrária, tributária, bancária, universitária, urbana e judiciária. Pode, ainda, com os meios que lhe foram outorgados, intervir energeticamente no mercado abastecedor e distribuidor pondo em imediato funcionamento a SUNAB e outros órgãos, para coibir os abusos e a especulação, a sonegação de gêneros de primeira necessidade, que estão levando o povo a um contínuo sofrimento e ao desespero.

É hora, pois, companheiros, de lutarmos com todo o vigor para que estas reformas sejam realizadas efetivamente e em consonância com os interesses populares. Não devemos permitir que a bandeira das reformas de base seja utilizada pelos inimigos do povo para esvaziar de qualquer conteúdo, para escamotear as mudanças indispensáveis ao país.

É hora de fazer uma reforma agrária profunda, de entregar as terras dos latifundiários aos camponeses, assistindo-os por todos os meios.

É hora de aplicar rigorosamente a Lei que regulamenta a remessa de lucros das empresas estrangeiras, cuja execução depende apenas do Poder Executivo.

É hora de reduzir as enormes subvenções aos latifundiários e exportadores de café, que recebem bilhões de cruzeiros para estocar montanhas de sacas de café que apodrecem nos armazéns.

É hora de lançar impostos diretos fortemente progressivos sobre a renda dos grupos privilegiados, e não impostos indiretos sobre as massas consumidoras.

É hora de nacionalizar empresas estrangeiras que ocupam posição chave em nossa economia, indenizando-as apenas pelo custo histórico.

É hora de intensificar o intercâmbio com todos os mercados, para acabar com o monopólio dos países imperialistas em nosso comércio exterior.

É hora de ampliar o monopólio estatal do petróleo, encampando as refinarias particulares e entregando à Petrobrás a distribuição de todos os seus produtos.

As greves de 5 de julho e 14 de setembro demonstram que os trabalhadores se levantam em ações energéticas para tornar vitoriosas todas as medidas de interesse nacional e popular.

A força unida dos trabalhadores juntamente com a dos estudantes, dos militares, dos camponeses e de todos os patriotas hns, dos povos e decisivas derrotas aos grupos reacionários que, nas cúpulas partidárias, no Parlamento ou no próprio Governo, tentem a se opor à vontade do povo.

Estamos dispostos a marchar ombro a ombro com todos os que, dentro ou fora do Governo, defendam os interesses da Nação. Mas, denunciaremos e combatemos com a mesma energia, qualquer atentado às conquistas do povo brasileiro.

Protestamos, por isto, contra o prejudicial empréstimo concedido pelo governo à empresa imperialista Standard Electric, com o único e declarado objetivo de elevar a indenização à IT&T, cuja subsidiária gaúcha foi encampada patrioticamente pelo governador Leonel Brizola.

Não podemos permitir que os recursos da Nação sejam desviados impunemente para os cofres dos trusts.

Advertimos, solenemente, que os trabalhadores não admitirão qualquer retrocesso na política externa; qualquer tentativa de afastar o Brasil da defesa dos princípios de autodeterminação e não-intervenção em outros países. Não há documentos forjados que possam quebrantar a solidariedade inabalável dos trabalhadores brasileiros ao povo cubano.

Chamamos, por fim, todos os trabalhadores, a se manterem unidos e vigilantes em defesa das liberdades democráticas. Defendamos com todo vigor o direito de greve; a sindicalização dos trabalhadores rurais e do funcionalismo público; a liberdade sindical e as demais garantias inscritas na Constituição.

Exigimos o respeito ao mandato popular, com a posse, sem discriminação de todos os candidatos eleitos, inclusive a dos sargentos de nossas gloriosas Forças Armadas.

### Companheiros,

Nos documentos do IV Encontro Sindical Nacional, acentuamos que as causas do atraso e da miséria do nosso povo são, principalmente, o imperialismo e o latifúndio. Isto significa que é indispensável levarmos para as massas trabalhadoras, nas nossas assembleias e reuniões e nos locais de trabalho, a discussão desses fatores, a fim de que possamos tornar realidade as reformas de base, para o bem-estar e a felicidade do povo brasileiro.

Unidos e organizados, nas lutas diárias por nossas reivindicações imediatas — reajustamentos salariais e outras, — devemos intensificar os preparativos para permitir a deflagração da greve geral quando for necessária, sob a orientação e direção do Comando Geral dos Trabalhadores, reclamando e exigindo a execução dessas aspirações de toda a Nação Brasileira.

Unamo-nos a todas as demais forças patrióticas na luta pelas reformas de estrutura e por um Governo Nacionalista e Democrático.

Esta é a nossa posição. Este é o nosso chamado à organização, à unidade e à luta.

São Paulo, 3 de fevereiro de 1963.

COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES.

## BRIZOLA DENUNCIA: O QUE HÁ NEGOCIATA COM BOND AND SHARE

— "Devo advertir a opinião pública: o que está se fazendo não é encampação de empresas estrangeiras, é uma compra do acervo da Standard Electric, de modo errôneo, velho" — denunciou o deputado Leonel Brizola na palestra que proferiu na noite de terça-feira através da televisão. O x-governador gaúcho falou durante uma hora, de volta Je Brasília, onde acabava de empossar-se na Câmara Federal.

O representante do povo carioca referiu-se inicialmente ao insucesso de sua iniciativa para convocar extraordinariamente o Congresso, a fim de que, até 8 de março, fosse discutida e aprovada a Lei de Reforma Agrária. Não foi conseguido o número suficiente de assinaturas para o pedido de convocação extraordinária.

Entretanto, — acrescentou Brizola — pelos três dias que os deputados passaram em Brasília recebemos 500 mil cruzeiros, a título de ajuda de custo, e vamos ficar recebendo, em férias, com nada fazer, 13 mil cruzeiros diários até 15 de março. Isto é um absurdo, não foi para isso que o povo nos elegeu. Fomos eleitos para trabalhar, para realizar as reformas de base, e não para ficar em férias remuneradas".

### FERIDA A SOBERANIA

Após abordar uma série de problemas e de insistir na necessidade imediata da aprovação das reformas de estrutura, o deputado Leonel Brizola referiu-se à promulgação da Lei de Ajuda ao Exterior, pelo Governo norte-americano, segundo a qual ficam praticamente rompidas as relações econômicas dos Estados Unidos com qualquer país que, a partir de 1º de fevereiro deste ano, encampe empréstimos ou bens de cidadãos norte-americanos sem subordinação às exigências do governo lanque. "Chamo para isto a atenção dos militares patriotas do Brasil. Tra-

ta-se de uma lei que submete o nosso País e os países da América Latina às exigências e interesses de uma potência estrangeira. A nossa soberania é, assim, violada. Não podemos absolutamente aceitar tais impositivos", afirmou o ex-governador gaúcho, insistindo em que todos os brasileiros, particularmente os membros das Forças Armadas, devam tomar conhecimento da referida Lei a fim de que possam agir em consequência, defendendo os interesses nacionais.

### COMPRA E NÃO ENCAMPACÃO

Proseguindo, denunciou em termos vigorosos o crime que se está preparando contra o Brasil sob o pretexto de encampação das empresas ligadas ao truste lanque Bond and Share. "Estão tentando ludir o povo — afirmou. O que se está preparando nos bastidores dos gabinetes não é nenhuma encampação, mas a compra pura e simples do acervo da Bond and Share, que é quase todo o ferro-velho. Encampação é outra coisa, e que flemos no Rio Grande do Sul: a desapropriação dos bens estrangeiros e o pagamento de seu justo valor após ter sido feito o indispensável tombamento físico e contábil e entregue a decisão à Justiça. O que se pretende é entregar a uma corporação estrangeira centenas de milhões de dólares, levando-se em conta o valor alegado pela própria corporação, quando o mais provável é até que não se tenha de pagar mais coisa alguma, pois em geral tais empresas já são devedoras ao Estado".

Dirigiu então uma grave advertência ao ministro Santiago Dantas, acrescentando que nesse mesmo sentido já fizera um apelo ao presidente João Goulart. "Dirijo-me ao ministro Santiago Dantas, meu amigo e companheiro, com um apelo para que o assunto seja estudado e resolvido de acordo com os interesses nacionais. Não há nada que possa justificar essa espúria operação com a Bond and Share, o que devemos preservar são os interesses do Brasil, e não os interesses de uma corporação imperialista que vem nos espoliando ano após ano". Ofereceu-se então para discutir o assunto com o ministro Santiago Dantas, dizendo: "Que me seja dado, pelo menos, como representante de 300 mil eleitores cariocas, o mesmo tratamento dado ao embaixador dos Estados Unidos, que aparece por aí conferenciando e sendo recebido pelo ministro da Fazenda".

Tratou ainda do problema da vergonhosa indenização concedida à IT & T, sob a falsa aparência de um empréstimo à Standard Electric. "É até ridículo pretender negar que existe uma ligação entre a encampação da Telefônica de Porto Alegre e a concessão desse absurdo empréstimo. Aqui está: logo em seguida à nota oficial do Ministério da Fazenda justificando o empréstimo — que, além do mais, viola as normas do Banco do Brasil — a própria IT & T forneceu nota à imprensa, distribuída pelas agências internacionais, afirmando que a concessão do empréstimo resolvia o problema criado com a encampação. A IT & T dizia a verdade que aqui se procurava encobrir ao povo".

Por fim, o deputado Leonel Brizola advertiu o povo carioca para as provocações difundidas por jornais como "O Globo", "Correio da Manhã" e "O Jornal" e para as deformações da verdade que certamente seriam feitas pelos políticos reacionários e pela própria mesa da Câmara. "Não pretendo nada para mim, o que quero é defender os interesses do País e do povo, e acabar com a espoliação do Brasil e a miséria em que vivem milhões de irmãos espoliados por toda a nossa Pátria".

### Compra de ferro-velho a peso de ouro

## O MAIOR «PANAMÁ» DA HISTÓRIA DO BRASIL

A compra das obsoletoas empresas da Bond & Share por 140 ou 150 milhões de dólares (a esta altura a divergência entre os negociadores brasileiros e americanos é apenas de preço, ao que dizem os jornais) constitui talvez a maior negociação jamais feita em toda a história do Brasil. Admitindo que, no caso, tenha sido mantida a comissão de preço — 10% — até o dia 14 ou 15 milhões de dólares para serem repartidos entre alguns estrangeiros de dentro e de fora do governo. A taxa de 750 cruzeiros por dólar, é de convir que não se trata de quantia modesta.

A compra dos ferro-velhos a que estão reduzidas hoje as mencionadas empresas, do modo como está sendo feita, de maneira fechada, não passa de um disfarce através do qual se dão transferidos para os cofres da American and Foreign Power Co. dezenas de milhões de dólares. Se até há algum tempo atrás uma afirmativa como essa só podia ser comprovada indiretamente, hoje, não. Com o tombamento que foi ou que está sendo efetuado em diversas companhias estrangeiras concessionárias de serviços públicos, está provado por a mais h que muitos são devedoras ao Brasil, ou, na pior das hipóteses, que as mesmas que teriam direito, em caso de indenização, situam-se multissimo aquém do que reclamam. De resto, o tombamento é a única fórmula para a fixação de um preço ju-

sto a ser pago às empresas nacionalizadas. Qualquer outro preço a ser arbitrário, não tem apelo na legislação brasileira, representa uma negociação e precisamente o que se está dando agora, com as empresas da Bond & Share.

### O «ACERVO» DA BOND & SHARE

Atualmente, a Bond & Share, através de sua subsidiária American and Foreign Power Co. possui no Brasil sete empresas concessionárias de serviços públicos de electricidade. Uma vez que irá outra vez de Porto Alegre, Pernambuco e Espírito Santo — foram encampadas pelos governos estaduais, com as normas prescritas na legislação brasileira: tombamento físico e contábil dos bens, prévia indenização do capital originalmente investido à base do custo histórico e imissão de posse concedida pelo Poder Judiciário. Exceção feita à Companhia Paulista de Fôca e Luz, que inaugurou recentemente uma hidroelétrica (Pólvora), nenhuma das demais subsidiárias fez nos últimos tempos qualquer investimento. Pelo contrário, o que se sabe é que a Bond & Share detida há cerca de três ou quatro anos, nada mais investiu no Brasil, tendo-se aliás, de uma diretiva aplicada em todos os países latino-americanos, onde opera esse monopólio lanque.

Por sua razão, por não terem sido suas instalações em alguns casos as mesmas de 15 ou 20 anos atrás, tais empresas se desgastaram por completo, tornando-se obsoletoas e seu lucro autêntico é a capital investido, que não dá para o suficiente para remunerar os pequenos investimentos feitos. Um exemplo típico é o da Cia. de Energia Elétrica de Bahia. A subsidiária da Bond & Share possui uma hidroelétrica, — a de Bananeiras — construída em 1961, portanto, há mais de 20 anos. A potência de sua central é de cerca de 10 mil quilowatts e já está inteiramente remunerado o capital investido, como recentemente assinalava um jornal conservador da Bahia. Hoje, embora continue produzindo energia, a central de Bananeiras é meramente auxiliada pelo grosso da geração vendida em Salvador provém de Paulo Afonso e é distribuída sob a bandeira da mesma subsidiária da Bond & Share. Pois bom.

Essa central de Bananeiras é uma das poucas instalações que, nas transações em curso, estão merecendo algum valor, pois nos outros Estados — com exceção da usina de Pixotoes — nada resta a subsidiárias da Bond & Share a que possa ser atribuído valor. Deviam ser autorizadas a que governos e contrários. Pois é por esse ferro-velho que o governo brasileiro vai pagar de 140 a 150 milhões de dólares.

30, o nosso avanço industrial apresentou um aumento de 8% sem que houvesse qualquer aumento na aplicação de capitais estrangeiros em nossa economia. E quando, logo depois, esses capitais começaram a aumentar, ocorreu, concomitantemente, uma redução na taxa anual do nosso crescimento industrial. O que é pior: esse influxo de capitais estrangeiros contribuiu para que, em muitos setores de nossa economia, persistisse, e se solidificasse, a estrutura econômica tipicamente colonial que estávamos querendo modificar, tendo isso acarretado onerosas consequências que ainda hoje constituem problemas a resolver".

A abordagem destes dois problemas — o domínio imperialista e as sobrevivências feudais — dão a característica do novo governo de Pernambuco. Enfrenta-las com a determinação e o malgosto do governo de Arraes. Tem ele excelentes condições locais para enfrentar as questões relacionadas com Pernambuco — o coração do Nordeste — um dos baluartes do seu domínio entre nós. Miguel Arraes conta com o apoio trabalhadora dos camponeses, das camadas pobres das principais cidades do interior. Seu governo, na medida em que as liberdades democráticas, desencadeará campanhas de ódio e conspirações contra ele. Perderá, certamente, o apoio que tem em certos setores partidários conservadores. Sua salvação dependerá da decisão de firmar-se cada vez mais nas forças populares — que, estas, sim, constituem o penhor de sua sobrevivência e da efetivação de seus propósitos.

Ao deixar a Assembléia Legislativa, dirigindo-se a pé até o Palácio das Princesas, onde ia assumir o governo, Miguel Arraes foi acompanhado por enorme massa popular. Subiu as escadarias do Palácio, cumpriu as solenidades habituais, despediu-se de seu adversário político e antecessor, Cid Sampaio, e voltou a Praça da República, onde se aglomerava a multidão que o aclamava. Pediram que falasse ali mesmo. Não havia tribuna em frente ao palácio. Arraes, ajudado por alguns amigos, subiu ao pedestal de um poste junto ao edifício. Imediatamente, a polícia cercou o poste onde se encontrava o novo governador. Num gesto enérgico, Arraes mandou que os policiais se afastassem. Estes não relutaram. E o povo prorrompeu em vivas a seu governador, aproximando-se do poste, substituindo a polícia.

Aquela episódio era simbólico de uma mudança significativa que está havendo na mentalidade dos homens que assumem responsabilidades administrativas no alto escalão do Estado, quando as massas se põem em movimento. Os habitantes de Pernambuco têm motivos para afirmarem que os dias de Miguel Arraes, que se inicia sob os melhores auspícios, correm pelo povo.

### Ajuda a NOVOS RUMOS

Maritimo patriota (Rio-GB) ....	1 000,00
Mosart (Mació--AL) .....	100 000,00
Elias Nicolau Martins (Rio-GB) ..	2 000,00
Amigo (Rio-GB) .....	100,00
Karl Marx Engels da Silva (Rio Bonito-RJ) .....	160,00

O recinto da Assembléia Legislativa de Pernambuco, as galerias onde estava o povo, os arredores do tradicional edifício prorromperam em aclamações quando se anunciou a aproximação do governador eleito, Miguel Arraes. Do lado de fora, populares exclamaram:

— Vem a pé!  
— todos repetiram num brado de entusiasmo:  
— Vem a pé!

Era a identificação do governador com o povo. Não era um gesto demagógico, mas natural, espontâneo, não conhecido já como Prefeito do Recife. Nunca admitira ser isolado dos homens comuns pelos cordões de policiais. Não o admitia agora.

Entrou no recinto da Assembléia visivelmente emocionado e tomou lugar à mesa da presidência. Percebia-se que pouco interessavam os presentes as formalidades da praça. Todos esperavam ansiosos a palavra do novo governador, sua definição ante os graves problemas do Estado, sua posição em face das demais forças políticas. Os pernambucanos, como os brasileiros em geral, estão cansados de metáforas-palavras de malabarismos verbais, de indefinições, à boa moda dos velhos politiquês, que têm sua expressão mais acabada nos "raposos" de Minas.

Sob aplausos, Arraes começou a falar, e quebraram-se ali mesmo todos os protocolos. Interrompam constantemente seu corajoso discurso com palmas, aclamações, ritmando seu nome:

— Miguel Arraes... Miguel Arraes... Miguel Arraes...

Sóbrio de gestos, ele agradece e continua. Não como quem recita um discurso decorado, mas como se as palavras que lhe viessem improvisadas ao calor do ambiente: espontâneas e afirmativas. Assim define sua compreensão de governar: "Significa, para mim, trabalhar para que o povo de Pernambuco reencontre o caminho da sobrevivência, perdido ao longo de uma história, cada vez mais dramática, de miséria e de fome". E teve a coragem suficiente para dizer que não era ele quem ia governar em nome do povo, mas era o próprio povo que devia participar diretamente da gestão de seus interesses: "Trata-se, principalmente, da decisão do povo de influir e mesmo impor sua vontade, quando sente ou sabe que sua manifestação é imprescindível ao desenvolvimento de nosso processo histórico: trata-se da vontade que o povo manifesta cada dia com mais frequência de exercer sua capacidade política, amadurecido que se encontra para assumir funções dirigentes".

Esta a compreensão de governo do sr. Miguel Arraes. A participação direta do povo, das massas populares, na administração pública.

É possível tornar realidade semelhante concepção? De certo, não é suficiente o desejo do governador de que assim aconteça. Pernambuco é apenas uma parcela da Federação brasileira e o encaminhamento da solução de seus problemas mais prementes depende fundamentalmente da União. Mas não há dúvida de que, apelando para o povo, apoiando-se no povo, nas forças populares organizadas, o

# Posse de Arraes: Recife em Festa

Reportagem de Rui Facó enviado especial de NR ao Recife

novo governador de Pernambuco poderá empreender importantes realizações, melhorar as condições de vida dos trabalhadores, das massas do campo em particular, que constituem a grande maioria da população do Estado, e criar um novo estilo de governo, exemplo para todo o País.

Dificuldades, inúmeras, terá que enfrentar o sr. Miguel Arraes na efetivação de seus propósitos, claramente expressos em seu discurso de posse. E verdade que foi eleito por uma coligação de forças populares que, num clima de democracia, tende a fortalecer-se e, portanto, a fortalecer a posição de seu governo. Mas não se pode subestimar a força e a capacidade de manobras contrárias aos interesses populares dos partidos políticos e dissidências partidárias que se opuseram a Arraes. As intrigas com que tentaram cercá-lo durante as eleições, continuaram depois da vitória eleitoral e se tornam mais insistentes e multiformes depois da posse realista. Os jornais reacionários do Recife, de um que funcionam provincialmente, muitas vezes primarizismo, mas derrotou os usmeiros chefados pelo ex-governador Cid Sampaio e pelo candidato Cleofas. Os interesses de grupos ou personalistas, à procura de cargos e posições, também tentam cercar o novo governo pernambucano, e é muito provável que, não atendidos, provoquem uma ruptura com o sr. Miguel Arraes e tentem criar-lhe dificuldades crescentes.

Mas Arraes tem a seu favor, como pode observar no Recife, as esperanças do povo. Orientando-se por elas, conseguiu formar um Secretariado bem recebido pelas forças populares que o apoliam. São homens reconhecidamente pro-

hos e democratas, como Pelopidas Silveira. Alguns. Jovens chefes de entusiasmo pelas causas populares, como o Secretário da Educação, Germano Coelho, católico e conhecido nos meios juvenis como um dos principais impulsionadores do Movimento de Cultura Popular, que propiciou consideráveis realizações na administração Miguel Arraes como Prefeito do Recife. O MCP, a cuja frente se encontra agora a sr. Anita Faes Barreto, entrosado com a Secretaria de Educação, terá daqui por diante atuação em todo o Estado, podendo contribuir bastante para o combate ao analfabetismo em Pernambuco, onde ele atinge um dos máis elevados índices do País.

Arraes, no entanto, tem perfeitamente consciência de que será inútil difundir a alfabetização sem adotar medidas que modifiquem as atuais condições econômicas e sociais do Estado. Daí seu empenho confessado de bater-se pela reforma agrária, problema que forçosamente tem que ter caráter nacional. Mas, no Nordeste, diz Miguel Arraes, é urgente resolver a questão agrária, acrescentando que "resolvê-la não significa dar um pedaço de terra a cada nordestino", pois se trata — é ainda o reconvênido quem o reconhece — "de modernizar a nossa agricultura pela liquidação da estrutura semi-feudal, que ainda é a nossa".

Se a abordagem deste assunto pelo governador Arraes causou ótima impressão entre as forças populares do Recife, considerou-se o ponto alto do pronunciamento do novo governador de Pernambuco a sua clara definição antimperialista. Aqui Arraes foi taxativo, reafirmando sua posição de candidato, condenando com veemência "os que não têm vergonha de vender o País à ganância dos trusts internacionais", ou os que se aproveitaram disso para criar o mito, "mentiroso e historicamente falso, de que a industrialização só poderá ocorrer com a ajuda do capital estrangeiro". E mencionou um fato convincente: "Nos anos

Permanece a opinião pública nacional — e notadamente a população da Guanabara — revoltada e aterrorizada com a revelação e comprovação de dezenas de assassinatos de mendigos, praticados pela polícia carioca. A cada dia a imprensa registra novas e macabras descobertas de cadáveres e esqueletos de "inúteis" (é esta a designação oficial que o Palácio Guanabara dá aos pedintes), ora no fundo dos leitos dos rios da Guarda e Guandu, ora em matagais e terrenos baldios próximos a Guaratiba e a outras áreas da zona rural. Os policiais do Estado sequestram, torturam e matam os miseráveis mendigos que lhes caem nas mãos, desfazendo-se dos corpos truculados, atirando-os às águas ou entregando-os aos corvos em locais não urbanizados, distantes de casas ou estradas, tais sinistras práticas, inspiradas em Himmler e Eichman, constituem a profilaxia com que o governo de Carlos Lacerda pretende deixar o Rio livre do desagradável espetáculo de pedintes incômodos transitando por suas ruas. Profilaxia posta em execução depois do

fracasso de medida anterior consistente no abandono de miseráveis em regiões ermas do Estado do Rio. Mais do que isso, as atrocidades que vêm deixando o povo perplexo e chocado representam uma etapa de terrível plano de contenção de qualquer forma de protesto popular contra os desmandos do governo. Plano arquitetado pelo próprio Lacerda com o auxílio de "experts" em repressões e torturas, gente do quilate, por exemplo, e para citar apenas um, desse aquerono Cecil Borer, ressurcido, por obra do governador de Brocoió, das salas de sevilias do Estado Novo. Plano que é a resultante prática da filosofia de ódio ao povo, de destruição, e de extermínio, de que está impregnado o "führer" da rua Pinheiro Machado. Filosofia que nesses dois anos de desgoverno do líder lanterneiro tem custado aos cariocas o cerceamento das suas manifestações de protesto, a agressão a patas de cavalo, o espancamento a sabre e a cassetetes, a absorção danosa do gás lacrimogêneo, e até o metralhamento fatal e covarde



Cecil Borer

# Lacerda: Dois Anos de Violências, Torturas e Crimes Contra o Povo



## NOVOS RUMOS



### LACERDA DENUNCIA LACERDA

Diante da repulsa total do povo à iniciação nazista pretendida com a eliminação dos mendigos, Lacerda e seus porta-vozes esforçam-se por fazer crer que o assassinato dos infelizes foi um lamentável e isolado episódio, liquidado em definitivo com algumas punições inexpressivas aplicadas aos executores materiais das chacinas. O líder golpista dá aqui mais uma demonstração de sua condição de fariseu irremediável, fazendo hoje o que condenava nos governantes quando representava de opositorista. Acumpleiou-se, por exemplo, com os exploradores do jogo-de-bicho e do lenocínio quando ontem, como jornalista, fingia combater a corrupção administrativa. Hoje, tenta eximir-se de sua responsabilidade direta pelo morticínio dos mendigos, transferindo-a para funcionários inferiores de sua polícia. Entretanto, na ocasião em que o famigerado "Coice de Mula" assassinava o jornalista Nestor Moreira, clamava por punição para Vargas a quem apontava como culpado do crime.

Escrevia então o Corvo: "Os guardas merecem, sem dúvida, a condenação geral. Mas os chefes desses guardas, e os chefes desses chefes, que fazem da violência

uma rotina? E' na impunidade dos grandes que se forja a audácia dos facinorosos menores, dos covardes-mirins que e massacram, no silêncio das delegacias, os humildes, os desgraçados que lhes caem nas mãos". (Tribuna da Imprensa, 23-5-54.)

### UMA SOMBRINA RELAÇÃO

Mas sua manobra não terá o efeito que procura. A opinião popular o sabe responsável maior pelos assassinatos dos mendigos, e é consciente de que o morticínio é tão só um dado de tético esquema de repressão que precisa, agora e energeticamente, ser abortado. Para isto já se está constituindo, na Assembleia Legislativa, uma comissão parlamentar de inquérito, cujas investigações e atividades permitirão ao povo ajustar contas com o governador nazista, que terá de responder por toda uma série de dois anos de crimes policiais contra a população, crimes cujo caráter a sumária e sombria relação abaixo define com eloqüência:

1 — No dia 5 de dezembro de 1950, menos de um mês após ser empossado, Lacerda mandou enquadrar na Lei de Segurança o funcionário do IAPM Manoel César de Vasconcelos, depois de "ficha-lo" e de submetê-lo a toda sorte de hu-

milhões na delegacia do 5º Distrito Policial. Motivado: o citado cidadão havia declarado, em um restaurante na rua Evaristo da Veiga, que "o sr. Carlos Lacerda foi eleito com menos de um terço de votos do eleitorado carioca."

2 — Nos primeiros dias de fevereiro de 1951 o governador, cujo ódio é visível contra a bondade e o otimismo, qualidades de que está recheada a obra do escritor Alvaro Moreira, forçou aquele prestigiado intelectual democrata a deslocar-se até uma dependência policial para prestar depoimento num inquérito fascista "destinado a apurar a atividade subversiva de escritores comunistas."

A perversidade de Lacerda não poupou sequer a idade avançada (mais de 70 anos) do conhecido mestre da crônica.

3 — Para Lacerda todos os delinquentes e criminosos moram nas favelas, sendo a reciproca também verdadeira, ou seja, os habitantes das favelas são delinquentes irrecuperáveis e perigosíssimos criminosos. Então, como aos mendigos, só resta matá-los. E é o que a polícia carioca tem feito largamente sob o comando de CL. São frequentes as "batidas" policiais nos morros, das quais resultam invariavelmente algumas mortes de trabalhadores. E' o caso, por exemplo, e o primeiro da triste e grande lis-

ta, do operário lustrador João Ferreira, arrimo de família, que residia no morro da Matriz. No dia 22 de março de 1951 aquele trabalhador dormia em sua casa, em companhia dos pais. Altas horas da noite chegou uma expedição punitiva da polícia lacerdiana, "no encalço de bandidos", informaram os jornais no dia seguinte. O que se passou então com o operário João é seu próprio pai, Clementino Ferreira, quem conta: "Antes que João lhes mostrasse seus documentos, foi fuzilado à nossa frente. Um tiro varou-lhe o coração. Satisfeitos, eles fugiram, enquanto minha mulher chorava sobre o corpo ensanguentado de nosso filho covardemente assassinado pela polícia."

4 — E que dizer da conduta de Lacerda e seus belzequins durante os dias que se seguiram à renúncia de ex-presidente Jânio Quadros? Com Borer, Vasconcelos, Ardovino, Ascendino, e outros tarados, sob a batuta de CL, transformados em donos da cidade? Todos se lembram daqueles tormentosos dias de terror policial, a Cinelândia e as imediações da Assembleia Legislativa ocupadas pela Polícia Militar, a Polícia de Vigilância, a Polícia Civil, a Guarda Civil, todas espancando barbaramente o povo e efetuando a prisão de centenas de populares que amargaram dias de indizi-

veis torturas, no "pau-de-arara" e em outros instrumentos de flagelo, na Invernada de Olaria, no Alto da Boa Vista e em outras prisões-catacumbas da GB. Os transmissores da Rádio Guanabara totalmente depredados, por ter aquela emissora transmitido uma contestação do ministro da Justiça de Jânio a declarações do "führer" matamendigos. A censura telefônica, telegráfica e radiotelegráfica, a "guerra psicológica" do coronel Borges, o cerco ao Sindicato dos Bancários, a invasão do Sindicato dos Ferroviários, com o espancamento dos grevistas da Estrada de Ferro Leopoldina. A invasão da sede da União Nacional dos Estudantes, com a prisão de dezenas de líderes estudantis. A censura nos jornais, comandada pelo rato Ascendino Leite. O metralhamento do povo, enfim; que cometa o crime de exigir o cumprimento da Constituição.

5 — Desde que foi guindado ao poder, CL não permitiu que transcorresse livremente sequer um movimento reivindicatório de trabalhadores. Em qualquer das ocasiões em que a intromissão patronal fez surgir greves e paredes o governador golpista colocou seus "meganhas" na rua para prender e espancar trabalhadores. O caso mais recente é da semana passada, quando a polícia procurou fazer cessar a greve

dos securitários apelando para o cassetete e espancando até mulheres que participaram da parade. Mas onde o ódio de Lacerda aos trabalhadores apareceu com mais evidência foi quando ordenou o desbaratamento da passeata com que marítimos, ferroviários e portuários reivindicavam para si a extensão do aumento de vencimentos concedido ao funcionalismo civil e militar da União, a 17 de maio de 1952. Naquela oportunidade a polícia investiu contra os manifestantes com ferocidade impar, fazendo uso, de saída, de armas de fogo, atirando contra a massa. Somou a dezenas o número de operários feridos. Pouco mais tarde, em agosto, Lacerda dava outra demonstração de seu ódio zoológico aos trabalhadores. Foi quando os motoristas entraram em greve, para conseguir aumento de salários. Foi ordenada a prisão em massa dos partidários, e os cárceres da Guanabara ficaram repletos de profissionais do volante: mais de duas centenas deles foram atirados às masmorras, onde, conforme a praxe, apunham muito e sofreram os maiores vexames. O presidente do Sindicato dos Motoristas, Mecando Rachid, permaneceu preso por mais de dois meses, embora em seu favor tenham sido impetrados vários habeas corpus.

6 — Entre as vítimas preferenciais do Himmler

de Brocoió, os estudantes, e particularmente a UNE, ocupam lugar de destaque. Não são poucas as violências, requintadas, que os universitários têm sofrido nestes dois anos de parte dos esbirros do chefe-oculto do MAC. Uma, todavia, revoltou a população. Foi na noite de 15 de junho do ano passado, na Cinelândia. Rapazes do Centro Popular de Cultura apresentavam-se a encenar o "Auto dos 99 por cento", uma sátira à condição discriminadora e ao ensino alienador das nossas universidades, nas escadarias do Palácio Pedro Ernesto. Na assistência, alguns milhares de populares, entre os quais várias centenas de moças da Faculdade Nacional de Filosofia. Mal teve início o espetáculo chegou a cavalaria da polícia de CL, com ordem para dissolver sem vacilações a manifestação. E o espetáculo então foi outro, lúgubre e chocante: os cavalariões do Palácio Guanabara a enxotar senhoritas da praça Floriano a patas de cavalo e a pontadas de sabre. Houve resistência, e o conflito transformou-se em verdadeiro massacre de estudantes e populares, tendo sido grande o número de feridos, alguns gravemente.

E TEM MAIS

E' tarefa impossível de realizar-se o levantamento das truculências e arbitrarie-

dades pelas quais Lacerda e o inquestionável responsável. Os atentados cometidos contra a imprensa, que vão desde a prisão de jornalistas até a ocupação de gráficas e oficinas de jornais, são incontáveis no seu gênero. Não se pode precisar também por quantas vezes sua polícia deu completa cobertura aos atos terroristas dos grupos fascistas identificados pela sigla geral de MAC. Por outro lado, o provocador profissional, que ao lado do tira é a mais forte personalidade contida em Lacerda, realizou-se de todo como governante, procurando engendrar complicações internacionais que pudessem prejudicar a política externa do País como nos episódios da bomba que explodiria na exposição industrial soviética, montada no Campo de São Cristóvão e da prisão sem qualquer motivo de um diplomata cubano (radical cultural à embaixada de seu país no Brasil). Mais recente, e de repercussão ofuscada apenas pela chacina dos mendigos, é a série de sevilias a que foi submetido o advogado das Ligas Camponesas, Clodomir Moraes, torturado com choques elétricos em partes delicadas de seu corpo, passado no "pau-de-arara" e agredido a socos, pontapés e palmatória, tudo sob a ridícula alegação de estar preparando uma conspiração subversiva para implantar o comunismo no Brasil.